



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCEG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RAQUEL ALEXANDRE DE SANTANA

**A DAMA DO SERTÃO: ANALISANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO A
PARTIR DA REVISTA FLOR DE LIZ EM CAJAZEIRAS NAS DÉCADAS DE
1920-1930.**

**CAJAZEIRAS – PB
2013**

RAQUEL ALEXANDRE DE SANTANA

**A DAMA DO SERTÃO: ANALISANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO A
PARTIR DA REVISTA FLOR DE LIZ EM CAJAZEIRAS NAS DÉCADAS DE
1920-1930.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro de Formação De Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Rosemere Olímpio de Santana

**CAJAZEIRAS – PB
2013**

RAQUEL ALEXANDRE DE SANTANA

**A DAMA DO SERTÃO: ANALISANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO A
PARTIR DA REVISTA FLOR DE LIZ EM CAJAZEIRAS NAS DÉCADAS DE
1920-1930.**

Orientadora: Prof^a. Ms. Rosemere Olímpio de Santana

Data de Aprovação: _____/_____/_____

Profa. Ms. Rosemere Olímpio de Santana
Orientadora

Prof. Ms. Isamar Gonçalves Lobo
Membro Examinador

Profa. Dr^a. Ana Rita Uhle
Membro Examinador

**CAJAZEIRAS-PB
2013**

DEDICO...

Primeiramente aos meus pais, Francisca Alexandre e Nivaldo José de Santana pelo incentivo e apoio durante a graduação, a todos os professores que passaram durante toda a minha vida escolar e universitária, e contribuíram com a minha formação e crescimento como ser humano e profissional.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, a **Jesus Cristo** e a meu **Espírito protetor**, o meu Anjo da Guarda, que sempre estão comigo em todos os momentos da minha vida, e me inspiram em seguir o caminho do bem, persistir e enfrentar principalmente os momentos difíceis.

A minha mãe, **Francisca Alexandre**, minha melhor amiga e companheira de todos os momentos, que com o seu amor e carinho materno sempre me apoiou e lutou muito para que eu chegasse nesta importante etapa de minha vida.

A meu pai, **Nivaldo José de Santana** (In Memoriam), que sempre desejou o melhor para mim e esteve ao meu lado em todas as etapas de minha vida estudantil me ensinando muitas coisas valiosas, me dando apoio e estendendo o seu braço amigo.

A minha avó, **Tereza Alexandre** (In Memoriam), que ajudou a minha mãe a cuidar de mim nos meus primeiros dias de vida e sempre me admirou e me apoiou durante a minha vida estudantil.

A toda a minha **família** e **amigos verdadeiros** que torcem pelo meu sucesso profissional e me desejam o melhor que a vida tem para oferecer.

A todos os meus **professores**, desde a primeira fase escolar que contribuíram para me formar como ser humano e profissional, me ensinando os melhores valores desta vida, como a amizade, a honestidade, a verdade e a lealdade.

Aos **Colegas da Faculdade** e aos **Professores** que sempre me estimularam, me alegraram e marcaram a minha vida acadêmica durante toda a graduação, meus sinceros agradecimentos e fica aqui o meu reconhecimento e respeito.

A minha orientadora, a Professora **Rosemere Olímpio**, que com paciência, dedicação, zelo e amor pelo que faz me apoiou, ajudou e incentivou neste trabalho acadêmico, além de contribuir positivamente para o término da minha graduação.

Ao professor **Isamarc Gonçalves Lôbo**, que indiretamente me concedeu a oportunidade de trabalhar com o tema da Revista “Flor de Liz”.

Enfim, a todos que me apoiaram e contribuíram para que eu obtivesse sucesso durante toda a minha vida estudantil e acadêmica, na certeza de que a graduação é mais um degrau que subimos na escada da vida porquanto não sabemos de tudo, somos eternos aprendizes.

A **todos** o meu muito Obrigada!

“Não confunda jamais conhecimento com sabedoria. Um o ajuda a ganhar a vida; O outro a construir uma vida”.

Sandra Carey

SANTANA, Raquel Alexandre de. **A dama do sertão: analisando as relações de gênero a partir da revista Flor de Liz em Cajazeiras nas décadas de 1920-1930.** 2013. 79p. Monografia [graduação]. Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Cajazeiras, 2013.

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar as relações de gênero na cidade de Cajazeiras através da Revista Flor de Liz, periódico publicado entre os anos de 1926 e 1937 e organizado pelas mulheres da ação católica da cidade. Dentre os periódicos escolhemos 15 exemplares xerografados. A revista Flor de Liz foi um periódico de circulação local, comparado aos periódicos femininos de grande repercussão paraibana. O conteúdo publicado na revista Flor de Liz traz discussões em torno da educação, trabalho e direitos femininos, assim como os temas religiosos, já que a revista era organizada pelas mulheres católicas, mas questões diversas também faziam parte da revista. Temas como a modernidade e as mudanças morais e comportamentais eram recorrentes na Flor de Liz tendo como personagem principal a mulher. Assim, o estudo em questão percebeu que a revista apesar de ser organizada por mulheres da ação católica cajazeirense não abordavam apenas questões religiosas, sendo muitas vezes contrárias a posições defendidas pela Igreja Católica como exemplo, o cabelo curto. Logo, analisando as colunas e escritoras da Flor de Liz percebemos o que Certeau chama de tática, ou seja, as mulheres usavam o espaço da revista católica para também exporem a sua opinião em um contexto histórico cada vez mais questionador.

Palavras-chaves: Mulher. Igreja Católica. Identidade. Revista Flor de Liz.

SANTANA, Alexandre de Raquel. **The lady of the interior: analyzing gender relations from the revised Flower Liz Cajazeiras in the decades of 1920-1930.** 2013. 79p. Monograph [graduation]. Federal University of Campina Grande - UFCG. Cajazeiras, 2013.

ABSTRACT

The study aimed to analyze gender relations in the city of Cajazeiras by Flor de Liz Magazine, a periodical published between the years 1926 and 1937 and organized by the women of the city's Catholic action. Among the periodicals chosen xerografados 15 copies. The magazine Fleur de Liz was a regular local circulation, compared to the regular high-profile female paraibana. The content published in Flor de Liz brings discussions of education, labor and women's rights, and religious themes, as the magazine was organized by Catholic women, but several issues were also part of the magazine. Themes as modernity and the moral and behavioral changes were recurrent in Flor de Liz having a woman as the main character. Thus, the present study found that the magazine despite being organized by the Catholic Action cajazeirense women not only addressed religious issues are often contrary to positions taken by the Catholic Church as an example, the short hair. Therefore, analyzing the columns and writers of Flor de Liz realized what Certeau calls tactics, ie, women used the space for the Catholic magazine also expose your opinion in a historical context increasingly questioning.

Keywords: Women. Catholic Church. Identity. Flor de Liz Magazine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 1	14
1 A MODERNIDADE E AS MULHERES	14
1.1. Cristã e Moderna: O novo cotidiano feminino nos primeiros tempos republicanos	14
1.2. O imaginário urbano e as conquistas materiais: símbolos do moderno.....	16
1.3. A escrita feminina na imprensa cajazeirense	26
CAPÍTULO 2	30
2 GÊNERO E RELIGIOSIDADE: PRIMEIROS DEBATES NO INÍCIO DO SÉCULO XX NOS PERIÓDICOS FEMININOS	30
2.1. A Igreja Católica em torno das ideias femininas e feministas	30
2.2. Revista Era Nova: A Imprensa Paraibana Feminina nos anos 1920	37
CAPÍTULO 3	43
3. MULHERES ESCRITORAS E A FLOR DE LIZ: AS DAMAS DA IMPRENSA CAJAZEIRENSE	43
3.1. Escola Normal de Cajazeiras e Dorothéas: o vínculo que deu certo.....	43
3.2. Debates e polêmicas: nas entrelinhas da Flor de Liz	51
3.3. Memória: História das mulheres da Flor de Liz	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
ANEXOS	71

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico visa o estudo da construção de lugares para as mulheres através das publicações da Revista Flor de Liz organizada pela Ação Social Católica Feminina, entre os anos 1920-1930, da cidade de Cajazeiras/PB. Nesse período analisado, as décadas de 1920 e 1930, as polêmicas em torno das mudanças ditas modernas eram discutidas nos jornais e revistas da época, mas uma das polêmicas mais comuns era as que se referiam às mulheres. Desta forma, os lugares ocupados pelas mulheres no trabalho, na educação e em outras áreas também eram preocupações da Igreja Católica. Era preciso pensar que lugares as mulheres podiam exercer, como ser moderna e cristã ao mesmo tempo? Esse era um dos questionamentos da Igreja Católica e uma das metas da Revista Flor de Liz.

A Igreja temia perder as fiéis para o trabalho, para a escola, para as ruas e até para os grupos feministas, percebia assim ser necessário apoiar algumas das causas reivindicadas pelas mulheres, o que não foi diferente na Paraíba. Revistas como a Flor de Liz tinham esse objetivo, ou seja, mostrar como as mulheres católicas do Alto Sertão Paraibano deveriam se comportar e pensar. Assim, temas como família, casamento, trabalho, moda, educação são recorrentes na revista, sendo que a educação é o tema central, uma vez que, muitas das autoras eram professoras ou formadas pela Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes. Assim, embora a revista seguisse o modelo de outras do tipo no Brasil, não significa que não apresentasse questões singulares. Muitas dessas autoras se posicionavam até mesmo contra algumas afirmações da Igreja a exemplo, o corte do cabelo.

Desta forma, a pesquisa se faz importante, porque analisa como essas mulheres, ou melhor, como um grupo de mulheres quase sempre casadas, em sua maioria formadas no magistério, da cidade de Cajazeiras, Alto Sertão Paraibano, se posicionavam sobre diversos assuntos, utilizando do espaço que a Igreja oferecia para também produzir os seus próprios lugares. Assim, ao falar do trabalho, por exemplo, muitas defendiam as profissões que enalteciam uma suposta essência feminina, como o magistério, a enfermagem ou o assistencialismo. Mas, outros artigos falavam da capacidade da mulher ir além, assumindo profissões até então inimagináveis.

Logo, analisar o contexto da época, assim, como os artigos e escritoras da revista Flor de Liz, nos aproxima das relações de gênero que eram construídas e pensadas por

aquele grupo que participava da revista e da sociedade cajazeirense, evidenciando a complexidade e dinâmica dessa relação. A discussão que gira em torno das histórias das mulheres e das relações de gênero podem ser consideradas recentes no Brasil, visto que as principais discussões são debatidas a partir da década de 1980. Pesquisadoras como Rachel Soihet, Mariza Corrêa, Magali Engel, Margarete Rago, Joana Pedro e tantas outras foram precursoras nessa área.

Desta forma, alguns desses trabalhos nos ajudaram a ampliar a nossa percepção sobre a história das mulheres. Sendo assim, ao analisar as mulheres escritoras da revista *Flor de Liz*, não iremos atribuir nem o papel de vítima nem o de heroína como muitas pesquisas já fizeram. O nosso objetivo é problematizar como a revista era um espaço de normatização, transmitindo os preceitos religiosos, como também era o lugar de subversão, ou seja, essas mulheres astutamente utilizavam a revista também para exporem questões e opiniões que não eram bem aceitas pela igreja, como a igualdade no trabalho e a moda.

Além disso, outros trabalhos foram de suma importância para discutirmos as questões sobre modernidade na Paraíba e em Cajazeiras. Tais trabalhos nos permitiram diferenciar as singularidades em torno da modernidade na Paraíba diferente da que fora vivenciada nos grandes centros urbanos da época.

Desta forma, apresentaremos como os capítulos foram organizados e problematizados.

No primeiro capítulo desta pesquisa intitulado: “**A MODERNIDADE E AS MULHERES**”, analisamos os discursos em torno do moderno no Brasil e conseqüentemente como esse conceito foi entendido e trabalhado em outras regiões do país como na Paraíba, por exemplo. A questão central desse capítulo é analisar como as mulheres eram representadas quando o assunto eram as mudanças do mundo moderno, as inovações materiais impulsionadas pela modernidade na cidade de Cajazeiras, a exemplo dos transportes e comunicações (telégrafo, telefônico e ferroviário), a adoção de melhoramentos da urbes, a exemplo de água encanada, sistema de esgotos ou iluminação pública ou privada, além da construção de prédios e logradouros públicos.

Neste descreve-se ainda que a ideia do moderno não estava atrelada somente às conquistas materiais, mas a uma nova maneira de se comportar no meio social, a exemplo de ‘estar por dentro’ das tendências da última moda, da forma de se comportar, frequentar lugares públicos, cinema, teatro e festas da alta sociedade, consumir artigos

de luxo importados, andar de bonde ou trem de ferro, ler revistas e jornais e estar bem informado acerca das últimas notícias do Brasil e do mundo.

O primeiro capítulo aborda ainda o surgimento da imprensa feminina, enfatizando as revistas femininas na Parahyba dos anos 1920 e 1930 como forma das mulheres se posicionarem na sociedade dita moderna, dando destaque para a Revista “Era Nova” da cidade de Bananeiras/PB e “Flor de Liz”, da cidade de Cajazeiras/PB.

O segundo capítulo intitulado: **“GÊNERO E RELIGIOSIDADE: PRIMEIROS DEBATES NO INÍCIO DO SÉCULO XX”**, descreve-se os debates acerca de gênero e religiosidade que se intensificaram por volta do século XX. A Igreja Católica apoiava a instrução feminina, na medida em que esse saber fosse direcionado para o bem da pátria. Ademais, a instituição aconselhava às mulheres para que exercessem sua liberdade, entretanto, com limites, pois aconselhava para que elas não se envolvessem com movimentos feministas e não se afastassem da religião, além de advertir acerca da consciência dos papéis de mãe e esposa. Essa discussão é importantíssima para analisar a revista Flor de Liz, pois ela também se enquadra nesse contexto da imprensa religiosa.

Movimentos como feminismo e a fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (1922-1937), também foram importantes, inclusive na imprensa paraibana, pois muitas das mulheres que participaram da APPF também escreviam para as revistas femininas da época e também para os jornais como o Jornal ‘A União’.

No terceiro e último capítulo intitulado **“MULHERES ESCRITORAS E A FLOR DE LIZ: AS DAMAS DA IMPRENSA CAJAZEIRENSE”**, descreve-se acerca da importância das Escolas Normais para a inserção e instrução feminina no meio social, dando destaque para a Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes que com a coordenação das Irmãs Dorothéas foi essencial na formação educacional das mulheres cajazeirenses, o desenvolvimento educacional e posteriormente para a construção da imprensa na cidade.

Neste tópico também é dado enfoque à importância das revistas femininas para o cotidiano das mulheres, dando destaque às principais abordagens e artigos da Revista “Flor de Liz” com variados temas, a exemplo de casamento, profissão, feminismo, moda e instrução. A história das escritoras da “Flor de Liz” também é abordada no terceiro capítulo, com ênfase para as escritoras: Rosa David de Sousa, Aline Cartaxo Rolim, Rosa Tavares de Melo, Fortunata Assis e Júlia Tavares de Melo.

Desta forma, percebe-se a importância de dar enfoque aos lugares que estas mulheres construíram para elas mesmas utilizando o espaço da revista fortemente influenciada pelo catolicismo, além de contribuírem para a elaboração da imprensa feminina da cidade de Cajazeiras. Discutindo questões ligadas à área educacional principalmente a educação feminina, preocupando-se assim, com os lugares que estavam sendo postos em questão para o masculino e o feminino.

CAPÍTULO 1

1. A MODERNIDADE E AS MULHERES

1.1. Cristã e moderna: O novo cotidiano feminino nos primeiros tempos republicanos

No início do período republicano brasileiro entre o final do século XIX e início do XX a mulher conquistou um maior espaço na sociedade impulsionada pelos discursos modernos produzidos no país, discurso esse sentido de diferentes maneiras em todo o Brasil. As inovações materiais, bem como, a produção de novos ideais e valores para a sociedade foram influenciados pelos ideais modernos provocando diversas mudanças sociais na época e no comportamento social do período. Vale salientar que essas mudanças não aconteceram de forma radical, nem foram aceitas por todos, pois os grupos mais conservadores não viam com bons olhos essas transformações, principalmente as que se referiam aos valores morais, pois representavam uma ameaça contra a família. Não era incomum nos jornais e revistas os debates envolvendo aqueles que defendiam, por exemplo, a intervenção do pai na escolha do cônjuge para os filhos e outros acreditando que essa escolha deveria ser por amor.

Com a implantação da República, e conseqüentemente dos discursos sobre o que deveria ser um país moderno e como ele deveria agir na conduta dos sujeitos, a mulher passou a ser personagem deste novo momento. Mesmo com os velhos preconceitos tradicionais, a figura feminina passou a ter uma maior participação social, que a incluía num novo contexto, mas essa inclusão deveria seguir algumas regras, como exemplo, a mulher deveria exercer a profissão que estivesse relacionada a uma suposta essência feminina, como ser professora, enfermeira ou atuar na assistência social.

De acordo com Costa (2007), os grupos sociais de assistência aos pobres, formados pelas mulheres católicas, além da atuação da figura feminina como professoras de colégios religiosos e internatos para meninas de famílias abastadas, são formas de encaixe social fora do lar através dos valores cristãos e em benefício da Pátria.

Seguindo nessa lógica, a ideia do moderno trouxe à tona a revisão dos lugares que homens e mulheres deveriam exercer na sociedade da época. A Igreja Católica, enquanto instituição influente não podia ser imparcial diante desses discursos, e assim

não escondia o conservadorismo diante de determinadas discussões. Mas também percebia a necessidade de se ressignificar, assim, passou a aceitar a atuação feminina no magistério e nas obras assistencialistas, como forma de colaborar com o desenvolvimento da nação cristã, além de ser uma forma de não perder as mulheres para os movimentos feministas e modernistas da época.

Assim, a mulher moderna poderia participar de outras esferas sociais, a exemplo da profissional, como o exercício do magistério, entretanto, para não desestabilizar e concorrer com os homens, as mulheres deveriam exercer habilidades tidas como femininas, assim os homens não se sentiriam atingidos pela disputa feminina.

Mas outras instituições, além da Igreja, como a medicina e a justiça no período republicano, também buscavam conhecer para disciplinar. Também pensavam sobre o feminino e a sua educação a fim de produzir lugares que fossem considerados seguros para elas. Assim, mudanças ocorreram em todos os sentidos e aspectos sociais, políticos, religiosos e culturais, no que diz respeito aos novos conceitos impostos à mulher na época em que a mesma seria a nova protagonista dos discursos disciplinadores institucionais. Neste sentido, a sociedade através das instituições passou a observar as mulheres como um público que merecia mais atenção e maior preocupação, afinal a mulher tinha um lugar importante no projeto de família saudável que o Estado requeria naquele momento.

Desta forma, as relações de gênero começam, a ser produzidas não só por essas instituições, mas pelos sujeitos em seu cotidiano, afinal, os sujeitos, homens e mulheres, também criavam os seus códigos de convivência. Mulheres pobres que trabalhavam em casas de famílias e mulheres de classe média que lutavam pelos mesmos direitos civis e políticos dos homens. Eram situações que fugiam dos modelos propostos para o feminino e o masculino da época. Para pensar essas questões autoras como Joan Scott discutem as relações de gênero e como essa produção é permeada pelas relações de poder.

O gênero torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais": a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios dos homens e das mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo. (SCOTT, 1995, p. 10).

De acordo com Pedro os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta passaram a usar a palavra “gênero” no lugar de “sexo”, para que desta forma pudessem reforçar a ideia de que “as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura”. (PEDRO, 2005, p. 23).

A partir deste ponto de vista, Scott reflete sobre como o gênero é importante para designar a própria história das construções sociais ao longo do tempo e nesse aspecto está incluída a história das mulheres. “O gênero se tornou uma prática útil, pois oferece uma forma de diferenciar o sexo através dos lugares atribuídos a homens e mulheres”. (SCOTT, 1995, p. 12).

Segundo a afirmação da autora as relações de gênero são construídas, formadas pela sociedade, e estão atreladas ao seu contexto histórico, o que nos ajuda a perceber que as relações que serão analisadas através da revista Flor de Liz nos aproxima do que determinados grupos pensavam para os campos do masculino e feminino ao mesmo tempo em que tais pensamentos e ideias não eram naturalizados e sim construídos a partir de relações de poder, como exemplo, a posição da Igreja Católica diante das mudanças do comportamento feminino. Analisar a revista Flor de Liz é perceber como essas mulheres católicas da cidade de Cajazeiras estavam lidando com esses discursos e em que diferenciavam ou se assemelhavam a outros grupos.

Essas são as questões iniciais que nos ajudam a pensar o contexto denominado de moderno e as principais polêmicas em torno dele. Mas, essas questões serão aprofundadas na discussão que segue.

1.2 O imaginário urbano e as conquistas materiais: símbolos do moderno

A cidade é uma das temáticas mais discutidas quando se fala da modernidade. Esse é o espaço principal para as mudanças materiais ou não. Na cidade, na urbe, as notícias chegam primeiro, assim como as novidades. O ritmo social e os impactos provocados pelos avanços tecnológicos são sentidos primeiro na cidade que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno. Mas, não são apenas as cidades mais populosas que merecem ser analisadas sobre a experiência da modernidade. Muitos trabalhos como o de Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, “Signos em Confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte” analisa a experiência da

modernidade na cidade de Princesa Isabel e também se detém para as cidades interioranas. O imaginário em torno do moderno também era sentido em várias cidades como Cajazeiras, por exemplo.

Aranha (2003) destaca as principais conquistas materiais vivenciadas na cidade e menciona ainda certos equipamentos urbanos de uso no meio social, novidades, a exemplo de transportes e comunicações (telégrafo, telefônico, ferroviário), além da adoção de melhoramentos da urbe, a exemplo de água encanada, sistema de esgotos ou iluminação pública ou privada, além da construção de prédios e logradouros públicos.

Outrossim, há a considerar que essas conquistas materiais se instituem por toda parte como símbolos modernos de valor universal, significando, com isto, que qualquer contato com um ou outro desses símbolos, independente da parte da cidade que realiza a conquista, possibilita que esta cidade possa ser considerada moderna ou cidade em sintonia com o mundo civilizado. (ARANHA, 2003, p. 80)

O autor destaca ainda que a chegada do telégrafo, do telefone e do trem de ferro, na Parahyba do Norte representa uma revolução nas comunicações de forma rápida, como poderosas conquistas materiais do período moderno.

Pelo interior afora, contam-se nos dedos as comunidades que tem o privilégio de contar com um posto telegráfico. Via de regra, só as possuem as que também contam com o privilégio de terem sido contemplada por uma estrada de ferro (ARANHA, 2003, p. 106).

Sendo assim, é impossível citar importantes conquistas materiais, como o trem de ferro, o telefone e o telégrafo, sem mencionar a iluminação elétrica como fatores fundamentais da modernidade a partir dos anos 1920. É importante considerar que com relação à iluminação pública na Parahyba, a experiência passa da luz gerada pelo querosene, para a iluminação gerada pela eletricidade, considerado como uma grande evolução em algumas cidades paraibanas, sendo essencial citar que escuridão não combina com modernidade.

A iluminação pública concede diversos benefícios à população paraibana, pois a melhoria propicia transformações no dia-a-dia das cidades, sendo que as famílias já podem sair de casa à noite, o índice de assaltos e crimes diminui e os comerciantes podem faturar mais no período noturno.

Por outro lado, Chagas (2004) ressalta que os habitantes das cidades modernas não só vestiram as cidades de modernidade, mas “vestiram-se” também através de

características e ideias que os tornaram urbanos e modernos, ou seja, as urbes não se limitam aos melhoramentos urbanos, mas às mudanças de mentalidade, nas novas maneiras como os sujeitos se relacionam culturalmente.

Concernente à implementação do processo urbano na Parahyba do Norte, a luz elétrica foi uma importante conquista material dos primeiros tempos republicanos, considerada como o símbolo da cidade moderna, como Chagas (2004, p. 52) esclarece: “Para garantir à cidade ar de progresso, a luz foi instalada. Ela proporcionaria aos homens e mulheres as condições de vivenciarem a modernidade”.

Isso fez com que a luz elétrica constituísse um essencial avanço por proporcionar novos hábitos para que as famílias pudessem sair à noite para passear nas praças e jardins, visto que a criminalidade diminuía em virtude da luminosidade das urbes. Entretanto, Chagas (2004) evidencia que a luz elétrica passou a ser artigo de luxo das classes abastadas, devido às despesas de sua instalação e o pagamento das taxas de consumo. Por outro lado, não bastavam as ruas iluminadas, mas era preciso encurtar as distâncias por meios de transporte, a exemplo do bonde elétrico.

Na Parahyba do Norte, as elites se apropriaram dos emblemas modernos vivenciando-os cotidianamente, através da imprensa, da luz elétrica, da água encanada, do sistema de esgotos, das novas vias de tráfego, do novo traçado urbano e:

Dos trilhos velozes do bonde elétrico, cujo destino era a loja, as praças, o jardim público, os salões, enfim, os lugares onde o lazer pudesse ser desfrutado e o consumo satisfeito [...]. Demorou pouco para que nas ruas da Parahyba a modernização pudesse ser vivida, sentida e contemplada (CHAGAS, 2004, p. 37).

O autor destaca ainda que o bonde proporcionou intensas mudanças nos hábitos dos moradores da cidade, inclusive nas senhorinhas, pois o novo meio de transporte possibilitou a transformação no cotidiano das moças recatadas que costumavam contemplar a rua das janelas de suas casas. Igualmente, os jovens e elegantes rapazes de família passeavam pelo bonde contemplando a paisagem e eram os motivos da inquietação destas moças.

Permanecer na janela não tinha apenas o intuito de respirar o ar fresco das manhãs ou de finais de tarde, mas o propósito de flertar com os passageiros; as ousadas não dispensavam os olhares do maquinista e do condutor. Com isso, o simples gesto de estar na janela assumiu outro sentido, restrito àquelas moças das ruas por onde o bonde passava (CHAGAS, 2004, p. 70).

Entretanto, apesar de dispor da luz elétrica e de um transporte elétrico, a Cidade da Parahyba seguia na lentidão no seu processo de modernização, do contrário das grandes cidades brasileiras, onde a implantação da infraestrutura urbana se fez de acordo com a inovação tecnológica. O autor destaca ainda que as ações públicas em prol de conquistas materiais deixaram de fora as camadas mais baixas que não tinham condições financeiras de vivenciar a modernidade e se deram apenas em favor das elites formadas por grandes comerciantes, profissionais liberais, médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, farmacêuticos e professores que estavam ligados por laços políticos e familiares, e se afirmaram mentores da sociedade paraibana, que desejavam intensamente sair do meio rural e viver numa cidade moderna, onde poderiam exercer suas profissões com mais qualidade e sucesso.

Nessa perspectiva, o que era de fato, ser um homem ou uma mulher moderno/moderna? Na Parahyba tal conceito assumiu diversos significados, como estar bem vestido e acompanhar as últimas tendências da moda europeia, morar no Centro da capital, falar bem em público, frequentar o cinema e o teatro, consumir artigos de luxo importados, andar de bonde ou trem de ferro, ler revistas e jornais e ficar bem informado acerca das últimas notícias do Brasil e do mundo, comunicar-se pelo telefone ou por meio do telégrafo, possuir luz elétrica em casa, passear pelas praças e ruas modernizadas, frequentar as grandes festas da sociedade. Assim, homens e mulheres da alta sociedade paraibana entraram em contato com as últimas novidades que surgiam nas urbes, o que junto com as conquistas materiais proporcionou a aquisição de hábitos e costumes de todas as formas possíveis.

Mesmo diante de tantas adversidades, no início da década de 1920, a capital paraibana se encontrava com uma nova plástica que refletia a fisionomia do moderno. Nas ruas do centro, essas mudanças eram vistas com um maior destaque, já que era nessa localidade onde as referidas transformações aconteciam mais intensamente: iluminação e bondes elétricos, prédios públicos bem situados e com arquitetura planejada e bem elaborada; praças ajardinadas, verdadeiros convites para os passeios públicos e encontros sociais; casarões residenciais requintados e construídos com a minúcia da arquitetura moderna da época com boa iluminação e bem arejados. Esses ícones davam à cidade da Parahyba *um aspecto de cosmopolitismo e civilidade* tão apregoados pelos novos tempos (SILVA FILHO *apud* ROLIM, 1999, p. 197-198).

Entre o final dos anos 1920 e início dos anos 1930, a sociedade paraibana viveu importantes mudanças, e com o advento da modernidade, acelerou-se o processo de urbanização, o que acabou influenciando as transformações culturais, sociais, políticas e educacionais que acompanhou o processo.

Através da criação de um código de posturas, foi possível regulamentar e controlar todo o processo de construções e reformas, alargamento de ruas, bem como as atividades mercantis e industriais, as medidas de higiene, as feiras, pesos e medidas, enfim todas as atividades funcionais que viessem a ocorrer no âmbito da cidade. Esse foi um momento culminante no processo de modernização na cidade da Parahyba, que, em 1927, já tinha alcançado satisfatoriamente suas metas de embelezamento e de geração de serviços públicos, que lhe davam o aspecto de modernidade e civilidade almejadas (SILVA FILHO, 1999, p. 269).

Diante de tais fatos, o algodão passou a ser o principal produto econômico, que com o capital arrecadado acabou por contribuir com a transformação da urbe, pois era preciso dotá-la de melhores condições a fim de receber a população rural que passou a viver na cidade da Parahyba e esperava por novidades modernas.

A manutenção dessa perspectiva de compreensão e de apropriação da cidade implicou na implementação de serviços e equipamentos urbanos, com o intuito de suprir a urbe com aquilo de que ela ainda se ressentia, a exemplo do calçamento e alargamento das ruas, instalação da luz elétrica, substituição do bonde de tração animal por elétrico, da instalação do serviço de água encanada e saneamento, além da construção de jardins públicos (CHAGAS, 2004, p.5).

A partir destas mudanças tanto nas urbes como no comportamento social da Parahyba do Norte, a cidade de Cajazeiras, localizada no Extremo Oeste do Estado, seguia no crescimento de sua urbanização e ideias progressistas. A cidade estava atingindo os primeiros sinais de modernidade, vigentes que já começavam a vigorar neste período, a exemplo de algumas conquistas materiais, o que se deveu em parte, aos interesses políticos de grupos sociais que, por trás dessas transformações buscaram exaltar suas próprias imagens atreladas aos momentos de progresso e modernização.

Leitão (2000, p. 40) afirma em *“Inventário do Tempo: memórias”*, que durante a década de 1920, Cajazeiras obteve uma intensa expansão urbana que contribuiu para que o seu comércio crescesse cada vez mais e que em 1928 a cidade já era considerada centro comercial da região sertaneja. De acordo com o autor, as instituições de ensino

também foram importantes para que este fato acontecesse, pois atraíam estudantes de todo o sertão paraibano, além do Cariri cearense. A rede rodoviária ligava a cidade a quase todos os comerciantes locais para que estes se abastecessem das novidades. Costa (1986) comenta ainda que o comércio cajazeirense era bastante vigoroso, pois as vendas realizadas pelos empreiteiros das construções de açudes, além do aumento das construções de moradias estavam em alta, contribuindo para que a cidade crescesse constantemente.

Ademais, Silva Filho (1999) ressalta que uma das melhorias que contribuiu para o aumento populacional foi a construção do Açude de Engenheiro Ávidos que atraiu trabalhadores de várias localidades do Nordeste, gerando emprego e renda para a cidade.

Diante de tais conquistas materiais, Silva Filho (1999), explica que a produção de algodão, o carro-chefe da economia local, contribuiu para que o desenvolvimento acontecesse, e foi muito importante para o crescimento comercial e industrial de Cajazeiras, que ainda estava caminhando os primeiros passos rumo a um propício centro urbano, entretanto, a baixa arrecadação fiscal piorou a situação econômica da cidade durante o período da seca. Contudo, o *ouro branco*, foi o grande responsável pela geração da riqueza que possibilitou a renovação do perfil material do município, com as primeiras transformações urbanas.

De acordo com Leitão (2000), a partir de 1920, a cidade de Cajazeiras começara a passar por transformações tanto na urbanização, como no comércio, o que acabara por ampliar e melhorar as relações que se estabelecia entre os comerciantes cajazeirenses e as cidades vizinhas. Já os grandes negócios do algodão eram feitos com praças mais desenvolvidas, como Fortaleza-CE ou Recife-PE ou ainda com Mossoró, no Rio Grande do Norte. As relações com a capital do estado só vão melhorar a partir da chegada do trem em 1923, além do melhoramento das estradas de rodagens nos anos 1930.

É inegável que a presença do trem causou, nas cidades em que esteve presente, profundo impacto no cotidiano e na dinâmica social local. “Segundo informações colhidas com Dona Marilda Sobreira (in memoriam) há alguns anos, a chegada do trem a Cajazeiras era um acontecimento: a estação da cidade se tornava um ambiente de sociabilidade e diversão, onde a juventude do interior se apresentava com esmero e se aglutinava para recepcionar o trem e as novidades com ele chegadas – esta era uma prática extensiva a todo Brasil. Inclusive o rolo do filme que iria ser projetado no Cine Moderno a cada semana, de acordo com Dona Marilda, também era esperado com ansiedade na estação do trem (ROLIM, 2010, p. 72).

Nesta época a população de Cajazeiras começou a aumentar significativamente, o que fez com que a cidade ganhasse uma série de inovações como a chegada da luz elétrica, do cinema, do trem de ferro, do telefone e do telégrafo, impressão de jornais locais, revistas, prática do futebol, internatos (Colégio Normal Nossa Senhora de Lourdes), além de vários prédios, casarões e melhoramentos urbanos que estavam sendo construídos, dando ares modernos de civilização a uma região que outrora era bastante ruralizada. Com a implantação de ferrovias, em cidades do interior os problemas de circulação de mercadorias foram resolvidos e a cidade passou a exportar o algodão colhido em outros estados e cidades paraibanas.

Ademais, o governo da Parahyba do Norte possuía a necessidade de concluir as melhorias urbanas e em virtude deste fato, foi necessária a arrecadação de divisas orçamentárias que a expansão do algodão ajudou a atender na década 1920. Assim, este produto foi fonte de imensa fortuna, tanto para o poder público como para os produtores sertanejos, além de contribuir para que o processo de urbanização/modernização fosse aplicado a fim de melhorar a infraestrutura da cidade.

Leitão (2000) destaca ainda que o aperfeiçoamento social e o crescimento do comércio em 1928 concediam a Cajazeiras uma supremacia em toda a região sertaneja, com sua feira semanal que reunia diversas pessoas na comercialização de produtos regionais. Já as lojas lotavam de fregueses interessados nas novidades recém-chegadas das praças de Recife e Fortaleza, o que acabava ligando Cajazeiras através da rede rodoviária a quase todas as regiões do Nordeste:

A Rede Viação Cearense já estendera os seus trilhos à região do Rio do Peixe, beneficiando Cajazeiras, Sousa e São João do Rio do Peixe, que passaram a se sentir mais próximos de Fortaleza para os seus contatos a que chamávamos de banho de civilização. Mas houve outro fator desenvolvimento no aprimoramento da sociedade local que resultou da instalação, em 1915, da Diocese e da conseqüente ação pastoral de Dom Moisés Coelho que dera a Cajazeiras o primado cultural que tanto a projetou entre as demais cidades da região (LEITÃO, 2000, p.35).

No entanto, a repartição desigual dos recursos econômicos contribuiu para que os serviços de urbanização ficassem restritos a apenas a uma parcela da população. “Assim, o calçamento das ruas, as instalações da luz elétrica e a substituição do bonde de tração animal foram questionados pelos usuários por não atendê-los plenamente em

suas necessidades” (CHAGAS, 2004, p.25.). Por outro lado, pobres e ricos não poderiam frequentar o mesmo espaço, a menos que estivessem trabalhando no mesmo serviço. Nesse sentido, as moças de elites não deveriam frequentar os mesmos espaços das domésticas, por serem das camadas menos abastadas e por tais mulheres se vestirem com roupas inadequadas. Apesar dos avanços tecnológicos, a exemplo da luz elétrica e modernização das praças, as mulheres ainda ficaram limitadas a passear publicamente, pois só poderiam frequentar as lojas, cinemas, teatros, procissões ou festas religiosas, passeios de bondes ou casas de parentes, somente acompanhadas por pessoas amigas ou da família.

De acordo com Costa (1986), entre os anos 1928-1929 durante o governo do prefeito cajazeirense Hildebrando Leal houve diversas mudanças e reformas na cidade: construção da primeira Praça de Cajazeiras, denominada Praça da Matriz, atualmente Praça Nossa Senhora de Fátima, o primeiro calçamento em pedras de paralelepípedos, na Rua Tenente Sabino, além do rebaixamento das calçadas construídas antigamente para melhor servir de sustentáculos às construções das casas. “Neste período também houve inovação na iluminação elétrica com a substituição do velho motor a gás, por outro novo, o diesel” (COSTA, 1986, p. 87).

No entanto, de acordo com um jornal da época, em Cajazeiras, na década de 1920, já existia interesse por parte do prefeito local em implantar a iluminação elétrica para a cidade, reconhecida como um grande avanço para a população. O autor citado comenta ainda que a administração do prefeito fazia milagres para realizar os melhoramentos na cidade, que se traduziu na construção das calçadas, sua extensão dos meios-fios, no calçamento a paralelepípedo, na limpeza do lixo e nas modificações da luz elétrica.

[...] De longe se ouvia aquele barulho de velho e ronco gerador de energia elétrica, de corrente contínua, cujo técnico, José Sinfrônio e seus auxiliares, fazia milagres, mantendo em Cajazeiras esta mostra de civilização que era a luz elétrica (COSTA, 1986, p.96).

Com o avanço da luz elétrica pública, a população poderia sair às ruas com segurança, e as mulheres ainda que acompanhadas, também poderiam desfrutar dos passeios noturnos nas praças e jardins ou das festas religiosas, procissões, missas, visto que a criminalidade diminuía em virtude da luminosidade. Já nas residências, a luz

elétrica passou a ser artigo de luxo das classes abastadas, devido às despesas de instalação e pagamento das taxas.

Além disso, os lugares públicos se tornaram o ponto de encontro, de sociabilidade e entretenimento das elites, tanto que a população e os administradores públicos passaram a se preocupar com a boa estrutura das praças e dos jardins públicos, além dos eventos que ocorriam nestes espaços. Tal preocupação com a cidade e com os lugares de lazer que ela proporcionava fazia parte da vida moderna valorizando cada vez mais as urbes.

Dentro desta perspectiva, os cinemas também fizeram parte da cidade de Cajazeiras, sendo uma das poucas opções de lazer entre as décadas de 1920 e 1930. A telona se transformou numa forma das moças poderem “namorar” ou “paquerar” sem as vistas dos pais, numa época em que tais formas de sociabilidades eram bem complicadas e difíceis, como Souza (2009, p.78) destaca:

O certo é que o cinema motivou as atitudes dos namorados, pois as cenas de amor e ternura dos filmes e, o próprio ambiente escuro das salas exibidoras, favorecia a troca de afeições entre os espectadores, criando um cenário ideal para os casais realizarem seus encontros secretos e sonhos amorosos.

Entretanto, as moças, na companhia ou não de namorados, sempre deveriam estar acompanhadas de um adulto que pertencesse à sua família, ou seja, nunca estavam desacompanhadas.

Ao chegar à cidade de Cajazeiras nos anos 1920 o cinema causou um grande encantamento por parte da juventude que esperava ansiosamente a hora de assistir a ‘fita de cinema’ como era chamado o filme. Entre os anos 1920-1930, os principais cinemas da cidade, o Cinema Paraíso depois chamado de Cinema Moderno e o Cine Teatro Éden, eram vistos como a principal diversão das moças e rapazes da época que além de irem ao cinema para se divertir, iriam namorar ou paquerar, evidentemente. “O reflexo daqueles filmes de Tom Mix, Buck Jones, Pola Negri e Douglas Fairbanks, fazia com que nós adolescentes, imitássemos estes artistas em nossas brincadeiras, nos pátios dos colégios e nos matagais próximos” (COSTA, 1986, p. 70). Na Terra do Padre Rolim muitos filmes foram vistos como motivos de escândalo ou rejeição, pois os pais das moças solteiras as proibiam de assistir às fitas, devido eles concordarem que havia conteúdo impróprio para as donzelas.

Souza (2009) destaca ainda que as escritoras da Revista Era Nova, de 15 de fevereiro de 1922, condenavam as moças que se utilizavam do cinema para namorar, o que era um desrespeito à sociedade que adotava o respeito à moral e aos bons costumes. Além do namoro e da paquera, o cinema era também um ponto de encontro entre pessoas amigas que se encontravam a fim de colocar os assuntos em dias e discutir os problemas ocorridos à sua volta, a exemplo dos acontecimentos sociais da cidade.

Afinal, o cinema como uma das mais importantes conquistas materiais republicanas causou inúmeras mudanças no comportamento de homens e mulheres, que pensaram em reviver as histórias e passaram a se enquadrar nos padrões de beleza dos galãs e divas da sétima arte.

Diante do que foi exposto sobre as cidades e a modernidade, percebemos as mudanças não só no comércio, mas nos hábitos de convivência e comportamentos, na vida social e urbanizada tanto na Parahyba do Norte como em Cajazeiras. As elites se apropriaram e vivenciaram os símbolos modernos em seu cotidiano e a imprensa foi um desses fatores essenciais que impulsionaram cada vez mais o esplendor e a ansiedade por tempos cada vez mais novos, pois o que deveria ser feito o quanto antes era divulgar as novidades que iam surgindo, a fim de atualizar a sociedade moderna. Assim, a leitura de jornais e revistas ao longo do século XX tornou-se hábito da população abastada, pois a elite deveria estar sempre atualizada no que se refere às novas formas de vivência na urbe paraibana.

A imprensa, ao ser rapidamente propagada por intermédio das estradas de ferro, provoca um profundo impacto na vida cotidiana local. Não obstante o fato de que muitas vezes desinforma mais do que informa, ela é sem dúvida formadora de correntes de opinião pública, e é nisso que reside a sua força (ARANHA, 2003, p. 102).

A imprensa paraibana ao contrário do que muitos autores propagaram era dinâmica e criativa, responsável também por propagar valores. Segundo Barbosa (2006), em seu trabalho, “Miscelâneas, rodapés e variedades: antologia de folhetins paraibanos do Século XIX”, apesar da alta taxa de analfabetismo, a leitura dos jornais podia ser feita não só de forma silenciosa e solitária, mas também em voz alta, como também podia ser feito empréstimo de jornais.

Rosemere Santana em sua dissertação sobre os raptos consentidos na Paraíba no final do Império e início da República analisa os jornais da época e os vários lugares

estipulados para a mulher, além das várias posições e características que elas poderiam assumir, pois os jornais ora retratavam as mulheres como santas, ora como Eva.

1.3 A escrita feminina na imprensa paraibana

De acordo com Silva (2010), em meio a toda euforia inovadora que a imprensa trouxe aos anos republicanos, na Paraíba do Norte surgia uma nova revista feminina – “Era Nova” que como o próprio nome diz serviu para ‘anunciar’ o processo de modernização que estava começando a dar os primeiros passos. O periódico guarda lembranças da modernidade que estava chegando aos navios e trens, na nova maneira de vestir e de se comportar das mulheres que se inspiraram nas bruscas transformações que estavam acontecendo. As damas da sociedade conhecidas como sinhazinhas e mademoiselles ‘escritoras’ passaram para a revista os sinais do novo momento áureo na Paraíba dos anos 1920.

Silva (2010) destaca ainda que apesar da preocupação vigente que a sociedade tinha com a moral feminina, havia o discurso em torno de uma emancipação baseada no desenvolvimento intelectual, o que prova uma “era nova”, da “época moderna” como afirma Analice Caldas, uma das escritoras da revista Era Nova.

A cidade de Cajazeiras, também se inseriu na escrita feminina, através da revista católica Flor de Liz, que circulou entre os anos de 1926 a 1937, onde o grupo de mulheres da ‘Ação Católica Feminina de Cajazeiras’ buscaram propagar os momentos de progresso e modernização da cidade.

Nos tempos republicanos, a imprensa foi considerada sinônimo de progresso, pelas ideias apresentadas e os jornais “O Rio do Peixe” (1924) e “O Rebate” (1925), os primeiros noticiosos registrados na Terra do Padre Rolim, seguidos do Jornal “O Sport” (1926) e da Revista Católica Feminina, “Flor de Liz” (1926), que representou a escrita da mulher cajazeirense e sublinhava abaixo do título principal do jornal, na ortografia antiga, o slogan “Orgam Litterário Noticioso e de Orientação Católica”.

Apesar de católica e conservadora a revista trazia discussões sobre os lugares que as mulheres deveriam ter na sociedade e alguns artigos questionavam se a mulher não podia assumir os mesmos lugares dos homens na sociedade, como o autor Phebo D’Alcantara, em 1930, ao ser convidado pela revista para falar sobre as mulheres, analisou que o que fazia as mulheres não se destacarem tanto quanto os homens nos

espaços sociais era a diferenciação da educação, como o próprio autor comenta: “dê-se a mulher instrução nos moldes da ministrada ao homem e veremos”.

Dessa forma, a leitura de jornais e revistas fizeram parte dos símbolos modernos que permearam o imaginário social e tornaram-se hábito dessa população moderna que comentava cotidianamente as notícias que chegavam com diversos dias de atraso, mas que para a época ainda estava em tempo de ‘ficar por dentro’ dos acontecimentos.

A imprensa, ao ser rapidamente propagada por intermédio das estradas de ferro, provoca um profundo impacto na vida cotidiana local. Não obstante o fato de que muitas vezes desinforma mais do que informa, ela é sem dúvida formadora de correntes de opinião pública, e é nisso que reside sua força. Entretanto, sua propagação não é a única contribuição das estradas de ferro em termos de mudanças profundas na vida cotidiana local (ARANHA, 2003, p.105).

Costa (1986) salienta que na cidade de Cajazeiras o jornal chegava com 10 dias de atraso, cuja parte do percurso era realizado por estrada de ferro, já que a correspondência proveniente de Fortaleza ou João Pessoa, era recolhida nas cidades mais próximas, a exemplo de Iguatu, no Ceará ou Campina Grande, na Paraíba. Entretanto, para os antigos habitantes cajazeirenses, não havia problema se o jornal chegasse com um dia de atraso.

Sendo assim, é importante salientar que a própria imprensa, considerada também como um dos signos da modernidade e do progresso, quando aliada à velocidade do trem, abalava de maneira considerável a vida cotidiana nas cidades em que chegava, a exemplo de Cajazeiras. Em suas memórias, Leitão (2000) relembra sua infância através de uma viagem de trem onde relata que naquela época os trens da Rede Viação Cearense partiam de Cajazeiras em plena madrugada, conduzindo os passageiros que se destinavam ao Ceará. Não existia até então o prédio da estação ferroviária que funcionava, provisoriamente, nos armazéns existentes nas imediações da residência do Coronel José Marques Galvão, os quais, àquela hora, permaneciam iluminados para a movimentação dos que procuravam se acomodar nos vagões da velha Rede Viação Cearense.

Ademais, o telégrafo, o telefone, a luz elétrica, o cinema, a imprensa, dentre outras conquistas tecnológicas chegaram primeiramente nas cidades do interior em que o trem já havia sido instalado, pois uma conquista material incentiva a instalação de outro ícone moderno e a cidade de Cajazeiras insere-se neste processo.

Na Revista Flor de Liz, o Coronel Juvêncio Carneiro escrevera um artigo acerca dos melhoramentos urbanos que a cidade de Cajazeiras desfrutava no ano de 1931, na época da administração do prefeito Hildebrando Leal, evidenciando a valorização e divulgação da revista às ideias modernistas e progressistas que estavam começando a dar os primeiros passos:

[...] No afamoso e louvável intuito de promover a pacificação dos ânimos, nem por isto deixou o nosso digno prefeito de embelezar nossa terra com uma praça moderna e um calçamento, dotando ainda de outros melhoramentos de vulto e destacado relevo, que não escapam às vistas dos nossos visitantes (REVISTA FLOR DE LIZ, Ano 5, Nº 2, Janeiro de 1931).

Assim, era evidente a preocupação do periódico com os melhoramentos urbanos, a fim de que a revista pudesse elogiar a cidade para que os visitantes admirassem as inovações constantes, o que fez com que as elites se apropriassem dos emblemas modernos vivenciando-os no dia a dia. A propaganda divulgada na revista era outra forma de anunciar as novidades que chegavam às lojas, em termos de vestuários, (masculino e feminino) calçados, objetos de decoração, remédios, entre outros.

Dessa forma, os proprietários das butiques, magazines e outras casas comerciais poderiam lucrar por intermédio das mulheres abastadas que passaram a frequentar estes lugares, principalmente os de artigos femininos, estando de acordo com a última moda das capitais.

Assim, as revistas femininas tornaram-se comuns na Parahyba dos anos 1920 e demonstram a busca do feminino em encontrar espaços mais amplos no meio social. O objetivo das escritoras era anunciar esse mundo novo através da imprensa, além da forma de modernização/urbanização vivenciado pelas classes sociais no que se refere às mudanças de hábito das elites, a exemplo de sugestões na maneira de se vestir, se comportar, além dos espaços que as classes abastadas deveriam frequentar. As senhorinhas da alta sociedade eram sempre estampadas nas capas das revistas praticando esportes, vestindo roupas modernas ou nos volantes de carros, a fim de exaltar o luxo e o esplendor vigorantes na época, além de cativar o público, feminino ou não.

Na passagem entre os séculos XIX e XX no Brasil, algumas mulheres arriscam-se num território que ainda lhes era estranho: o da escrita. Não a escrita comum, mas aquela que publicamente pratica lugares

antes interditados ao feminino, a da palavra impressa. Dispositivos de deslocamento, de dinâmica e projeção, as palavras assumem então os lugares dos corpos nas páginas da imprensa, dando intensidade às percepções dos gêneros, permitindo que o feminino venha ocupar lugares mais amplos, singularizando, ainda que fugidamente, as expressões daquelas que experimentam então perder o anonimato (SILVA, 2010, p. 89).

É importante considerar que tais mulheres escritoras passam da condição do anonimato para entrarem na história como responsáveis pela discussão que inquietavam esses “novos tempos”, tais periódicos se encaminham para a necessidade de uma sociedade cada vez mais desenvolvida e marcada pelo progresso. Para as mulheres, o desafio estava posto, pois, escrever sobre os mais variados assuntos, trabalho antes realizado pelo sexo masculino, implicando numa “mudança” de opinião sobre os temas discutidos. Além disso, outras preocupações como casamento, namoro ou escolha do bom partido também eram temas discutidos.

Tema recorrente na revista *Flor de Liz* era a relação entre a modernidade e as conquistas e “liberdades” obtidas pelas mulheres. Rosa Mendes Tavares, autora de um artigo sobre “conquistas que perigam” enfatiza que os direitos femininos só foram possíveis pela valorização do matrimônio pela igreja, pois, só no interior do casamento que a mulher conseguiu destaque na sociedade. A autora ainda afirma que as nações pagãs, mesmo as mais grandiosas, caíram por não seguirem os preceitos cristãos, dando o exemplo de Roma. Nesse caso, a moral da nação estava nas mãos das mulheres através do seu desempenho no casamento.

Para Tavares, a mulher que fugia desses “desígnios” colocava em risco as conquistas obtidas, pois as mulheres que saíam em busca dessas outras possibilidades colocavam em risco as tradições que lhes asseguraram também conquistas, ou seja, daí a relevância indicada da vida no lar.

Mas a moda também era tema polêmico retratado na revista e quase sempre atrelado às mudanças modernas. O corte de cabelo, por exemplo, era um deles. Algumas autoras condenavam o cabelo curto e seguiam a posição da Igreja Católica. Outras, como a escritora identificada apenas como Cynthia tinha outra opinião, no artigo intitulado “Cabelos à La garçon”. Cynthia não consegue entender porque esse tema ainda é tão discutido, pois o contexto histórico havia mudado e com ele também a aparência, pois apesar da Igreja Católica ter tido uma postura “severa, mas prudente, não a condenou” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927) . Cynthia, assim como se

identifica a autora, ainda situa motivos para escolher os cabelos curtos podem ser os mais diversos, desde higiene até a moda e que isso não diminui em nada a feminilidade da mulher, pelo contrário, é uma forma da mulher “imprimir, nas suas modas, nos seus usos, o chic, a moral, a distinção que lhe são especiais” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927) .

A melindrosa figura recorrente quando o tema era modernidade também foi tema da Revista Flor de Liz. “No Brasil, as melindrosas equipavam os ofícios religiosos com as festas mundanas, e, muitas vezes, o vestido que servia para ir ao último baile é o mesmo que será levado para a missa próxima.” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927).

Silva (2010, p.101) destaca que as melindrosas eram consideradas escravas da moda e da carência afetiva que acabam repelindo ou confrontado os homens assumindo assim reivindicações feministas da época. “A primeira melindrosa deveria ter sido uma noiva ou esposa esquecida, a quem o despeito suscitou toda essa sorte de estratagemas para atrair o desviado do dever” (Silva *apud* Vieira, 2010, p. 100,). Assim, a melindrosa buscava superar a sua carência através da compra incessante de artigos de luxo e roupas da moda europeia, e tal comportamento objetivava abafar um sofrimento afetivo.

Desta forma, mesmo os comportamentos que contrariavam de alguma forma, os valores e comportamentos da época para as mulheres, eram compreendidos como consequências de uma frustração, nesse caso amorosa. A melindrosa só agia dessa forma, porque fora rejeitada em algum momento da sua vida, e assim as escolhas femininas estavam fadadas ao seu lugar principal o de mãe, esposa e filha.

CAPÍTULO 2

2. GÊNERO E RELIGIOSIDADE: PRIMEIROS DEBATES NO INÍCIO DO SÉCULO XX NOS PERIÓDICOS FEMININOS

2.1 A Igreja Católica em torno das ideias femininas e feministas

Nas primeiras décadas do século XX aconteceram diversos debates acerca da modernização e relações de gênero no Brasil, sob as influências da urbanização e industrialização do período, o que acabou afetando a construção social e cultural do que

se pensava por feminino e masculino. Desta forma, tais mudanças que afetaram a vida de homens e mulheres tinham a fama de libertadoras ou progressistas, mas, não podemos esquecer que muitas questões ainda permaneceram ao passo que outras foram ressignificadas.

Rago (1998) aponta que a modernização reacomodou as relações de gênero, pois manteve as desigualdades sexuais e não rompeu com as formas tradicionais de dominação patriarcal. Desta forma, a autora afirma que a modernidade conserva os valores herdados do passado:

O casamento, a maternidade, a educação dos filhos, a educação feminina “sem emancipação”, a redefinição do trabalho feminino, são dimensões da vida social e familiar que torna-se preocupação crescente das elites dominantes, tendo em vista assegurar um maior controle sobre os códigos da sociabilidade e da sexualidade para ambos os sexos (RAGO *Apud* BESSE, 1998, p.3).

Assim, o casamento, a maternidade e até mesmo a educação e o trabalho feminino não deixaram de ser uma preocupação dos segmentos sociais dominantes, como também não deixou de ser preocupação das instituições religiosas como a Católica.

Apesar de algumas conquistas sociais, as mulheres ainda tinham seus direitos cada vez mais vigiados pela sociedade, a exemplo da escolha do marido, além do acesso ao trabalho, pois o foco social ainda estava centrado nos padrões moralistas e conservadores.

No que se refere à emancipação das ideias feministas, surgiu na Paraíba no início do século XX, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (1922-1937). O movimento feminista foi muito importante na criação de políticas e garantia de direitos para a mulher brasileira. O grupo feminista era formado por mulheres dos segmentos mais favorecidos da sociedade paraibana que lutava para que os direitos femininos fossem reconhecidos através da educação. Desta forma, as mulheres desejavam batalhar por seus direitos civis, mas sem radicalismo, pois, necessitavam do apoio social, ou pelos menos parte dele.

Assim, o feminismo no Brasil segue um ritmo diferente do que acontecia na Inglaterra e nos Estados Unidos, por ser composto basicamente por um grupo de mulheres de segmentos importantes da sociedade, logo, era mais importante buscar alianças do que inimigos. Por isso, não se colocaram contra aos preceitos cristãos, nem

contra a família, pois representavam um restrito grupo de mulheres que lutavam principalmente pelos direitos políticos e civis.

De acordo com Besse (1999), as novas formas de representação feminina nas cidades brasileiras indicam o processo de modernização social. Desta forma, as conquistas femininas impõem certa revisão das relações de gênero que precisam encarar as desigualdades sociais, as políticas de intervenção do Estado, a Igreja, além dos setores conservadores da sociedade.

A primeira metade do século XX constituiu de fato, um período de grandes transformações na compreensão dos lugares de gênero no Brasil, que se tornou um dos principais fatores que organizaram o Estado. Segundo Besse (1999), entre as décadas de 1910 e 1940 temas como “mulher” e “família” tornaram-se os principais assuntos dos debates das autoridades de todos os setores sociais, incluindo o religioso, que marcou profundamente tanto os papéis femininos, como as expectativas com relação à figura feminina. Sendo assim, gênero e religião se entrecruzam e geram diversas experiências incorporadas à reflexão feminina.

Concomitantemente, entre os séculos XIX e XX, a religiosidade, principalmente a católica, começou a rever as suas posições com relação aos lugares sociais femininos. Desta forma, a Igreja Católica teve que ressignificar alguns dos valores relacionado às mulheres, pois a sociedade estava mudando, era necessário repensar a educação feminina investindo nas escolas normais organizadas pelas igrejas. Desta forma, mesmo existindo de um lado o discurso feminista na Paraíba incentivando a instrução feminina e a luta pelos direitos políticos, essa mesma conduta deveria ser preferencialmente atrelada aos valores cristãos que consideravam a mulher ideal àquela que cuidava dos filhos, sendo fiel ao marido e aos afazeres domésticos.

Positivamente, nas complexidades sempre crescentes da vida moderna, há muitas coisas definidas, próprias a serem feitas pela mulher. Em educação, em organização social e higienica, e em artes, a mulher possui excepcionais aptidões próprias que não podem ser substituídas. (FLOR DE LIZ, Ano 4, Nº4 e 5, Abril e Maio de 1930).

A revista Flor de Liz esclarece que educação e instrução são inseparáveis, pois juntas com a religião estão unidas para aprimorar o desenvolvimento intelectual das moças, além de afastá-las das ideias feministas que poderão desvirtuá-las dos meios civilizados da sociedade. No periódico, as próprias mulheres que produziram a revista, a “Acção Social Catholica Feminina de Cajazeiras” representavam a elite social e católica

da cidade, não deixam de mencionar a figura feminina como fundamental na formação educacional do homem republicano através dos artigos da revista que mostram tal relevância.

Há vantagem para uma moça instruir-se? Sim. Temos na história exemplos mais frisantes de mulheres que pela sua instrução, se tornam verdadeiras auxiliares do homem. É ainda de grande vantagem a instrução para as moças porque a corrupção na sociedade atual vem pela corrupção da mulher e se esta tiver uma instrução aprimorada e baseada na religião será a salvaguarda da degenerescência que devasta os meios civilizados (FLOR DE LIZ, Ano 1 Nº 5, Abril de 1927).

As católicas produziram uma revista cristã que apesar de conservadora e ligada à moral e aos bons costumes, propunha uma mulher mais ativa na sociedade, exercendo atividades que demonstrassem o progresso feminino, tanto no magistério, como em casas de caridade, pois de acordo com a revista é extremamente importante a prática da assistência social às famílias pobres, doentes e crianças desamparadas.

A escritora Rosa Tavares considera como uma obrigação das mulheres católicas ajudar às classes desfavorecidas. É importante salientar que na época, à medida que a cidade de Cajazeiras estava se desenvolvendo, também vinham surgindo problemas como a miséria social que alarmava a urbe. “Cajazeiras que sempre teve o seu lugar de destaque entre as cidades progressistas, deve trabalhar muito, pelo bem estar dos seus filhos mais pobres e desprotegidos” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº3, Fevereiro de 1927).

Na época, o então prefeito de Cajazeiras, o professor Hildebrando Leal, construiu um prédio destinado à instalação de uma escola profissional para menores abandonados. “Organizada a escola, veremos mais tarde que a atividade comercial, industrial e intelectual marchará admiravelmente nesta afamada cidade sertaneja” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 3, Fevereiro de 1927).

Outrossim, o grupo de mulheres que produziam a revista foram educadas no catolicismo, e através da revista, compreendiam e passavam para o público feminino o quanto a educação da mulher era relevante para o desenvolvimento da cidade de Cajazeiras no decorrer dos anos 1920-1930 e também a educação do homem moderno, a fim de contribuir para mudar a dinâmica de uma sociedade e colaborar para o desenvolvimento da cidade com o apoio da Igreja Católica.

Não nos iludamos se queremos educar, que é preciso que sejamos educadas, bem formadas para sabermos orientar outrem, principalmente em se tratando de crianças. Sem ella, poderemos dar

homens de sciencia, de saber, mas não de caracter bem formado ou educado (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril 1927).

A Flor de Liz defende ainda que a mulher possui diversas habilidades que podem ser muito bem aprimoradas, a exemplo da educação, assistência social e artes.

Positivamente, nas complexidades sempre crescentes da vida moderna, há muitas coisas definidas, próprias a serem feitas pela mulher. Em educação, em organização e higiênica, e em artes, a mulher possui excepcionais aptidões próprias que não, podem ser substituídas (FLOR DE LIZ, Ano 4, Nº 4 e 5, Abril e Maio 1930).

Assim, a posição de alguns setores da igreja Católica era favorável à instrução feminina, na medida em que esse saber fosse direcionado para o bem da pátria. Como Costa (2007) enfatiza em sua tese de mestrado: “Mulheres em defesa da ordem: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba nos anos de 1930 a 1945.”, no qual a autora relata que as mulheres paraibanas que faziam parte do “Movimento Noelista” defendiam a atuação feminina principalmente na área assistencialista, pois tais grupos formados pelas mulheres católicas paraibanas são formas de encaixe social fora do lar através dos valores cristãos:

A permissão da autoridade religiosa era mais que uma simples licença para o funcionamento do mesmo, era um compromisso que a Igreja assumia para com o movimento, pois partia dela toda orientação direcionada às suas integrantes e isso incluía desde a formação cristã (COSTA, 2007, p. 1).

Costa (2007) explica ainda que o Movimento Noelista foi autorizado pela Igreja Católica. A própria instituição ficava responsabilizada pela formação cristã das mulheres que participavam do grupo. Além disso, o movimento realizava reuniões e obras cristãs, como festas beneficentes e aulas de catecismo para as crianças pobres. Desta forma, a associação seria vista como um movimento de mulheres que apesar de serem oriundas da alta sociedade preocupavam-se em cristianizar as pessoas das classes menos abastadas, praticando obras católicas e de caridade aos mais pobres.

Desde a fundação do Noel no Brasil, em 1914, as expectativas que foram depositadas no movimento, no sentido de colocar em ordem a sociedade que vinha sofrendo com os inimigos da Igreja, abrem um espaço de esperança e reforço para o exército cristão em defesa da instituição e o que ela representava (COSTA, 2007, p.20).

Até mesmo a APPF se enveredava por esse assistencialismo e de acordo com o jornal “A União”, de fevereiro de 1933, a “Associação Paraibana pelo Progresso Feminino” era formada por mulheres de destaque na sociedade paraibana e de atuação no sistema educacional, entretanto apresentava preocupações com relação à sua aceitação na Igreja Católica e em outros setores sociais, no entanto, a afirmação da própria APPF em aceitar a opção religiosa de suas sócias e a formação cristã católica da maioria delas, bem como, a assistência social em ajuda aos pobres mudou a opinião da Igreja em relação a sua aceitação.

O feminismo defendido pelas associadas Associação Paraibana pelo Progresso Feminino neste espaço aproxima-se do feminismo cristão defendido pelo Movimento Noelista, um feminismo em que se admitia e se concordava com as reivindicações das mulheres, na medida em que estas não desintegrassem a mulher de seu verdadeiro lugar, o lar, e da sua “natural” função, ser mãe (COSTA, 2007, p. 4).

Com relação à vida eleitoral feminina, a Igreja apoiava o dever eleitoral católico, que defendia as mulheres que votassem em “candidatos que garantissem e respeitassem os direitos de Deus e da Igreja” (COSTA, 2007, p.5). A instituição temia que seus princípios fossem desrespeitados pelos representantes políticos do Estado. Além disso, a Igreja também suspeitava que através da conquista do voto, as mulheres poderiam assumir espaço na vida pública, o que deveria ser evitado, pois a dona do lar deveria estar direcionada para as suas obrigações de mãe e esposa.

Desta forma, já que as mulheres não podiam estar voltadas para a vida política, elas decidem assumir as campanhas assistencialistas, atendendo aos desfavorecidos da sociedade, a exemplo dos pobres, analfabetos e crianças abandonadas.

A causa é o controle social, a partir de campanhas assistencialistas. É um período marcado por associações constituídas por mulheres que, assumindo o aspecto mais conservador da sociedade, buscam atender aos menos favorecidos (COSTA, 2007, p. 9).

Enfim, assim como os movimentos citados as escritoras da Flor de Liz deixam claro que a Igreja apoiava que as mulheres exercessem determinadas ações, entretanto, com limites, pois aconselhava para que elas não se envolvessem com movimentos feministas e não se afastassem da religião, além de ter consciência de exercer com dignidade os papéis de mãe e esposa. Desta forma, para o cristianismo a mulher poderia

ser moderna, desde que fosse cristã. “A evolução da mulher é graças à nossa religião, Bemdito, portanto, para sempre seja o Christianismo” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927).

A revista católica Flor de Liz abordava o quanto a missão do casamento e da maternidade era divina e deveria ser cumprida de uma maneira fiel, pois era sagrada pela Igreja e conseqüentemente pela sociedade. No que se refere ao divórcio, o periódico afirmava que tal prática não seria conveniente às famílias católicas, pois perturbava a harmonia do lar e poderia atrapalhar a educação das crianças. “Os filhos dos divorciados são futuros delinquentes porque lhes falta guia moral e eficaz” (FLOR DE LIZ, Ano 1, nº 3, Fevereiro de 1927).

A Igreja Católica defendia que à mulher não cabia somente a sua inserção no espaço doméstico, mas as novas buscas de inserir-se na sociedade, através das atividades relacionadas à educação ou através de obras assistencialistas. Dentro desta perspectiva, a instituição defendia a inserção social da figura feminina em direção ao benefício do país. Era uma forma de não perder as mulheres para os movimentos feministas e modernistas da época, que para a instituição seria o enfraquecimento de sua imposição da moral e dos bons costumes da época. De acordo com Costa (2007), os grupos sociais de assistência aos pobres, formados pelas mulheres católicas são formas de adaptação social fora do lar através dos valores cristãos apoiados pela Igreja Católica.

Ao passo que o feminismo se infiltrava na sociedade, buscando espaço para atuar na luta pelos direitos das mulheres, a Igreja Católica enquanto instituição defensora da ordem e do equilíbrio social reagia no intuito de evitar a desordem e o caos social (COSTA, 2007, p. 4).

Segundo Silva (2004), a própria Igreja Católica contribuiu para o desenvolvimento da educação feminina através dos colégios religiosos, os famosos internatos, que ficaram responsáveis pela educação das mulheres oriundas de famílias nobres. Sendo assim, a religião católica acabou concedendo espaço às mulheres na sociedade. Como deixa claro o artigo da revista “Flor de Liz”, intitulado “A mulher evolui”:

Antigamente era a mulher considerada como escrava do homem. Não tinha ella direito a nada, e em nada tinha razão. Mas quando o paganismo foi ruindo ao simples contacto da luz do Christianismo ,

assim como as mulheres tombavam ao som das trombetas dos hebreus, a mulher foi pouco a pouco tomando lugar na sociedade e se rivalizando com o homem sob qualquer ponto de vista (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 2, Janeiro de 1927).

Nos primeiros anos republicanos houve uma transformação nos locais antes pensados para as mulheres e tais mudanças contribuíram para mudar a dinâmica de uma sociedade que apesar de conservadora colaborou para que a mulher conseguisse obter este maior espaço fora de casa. Entretanto, tal espaço fora do lugar doméstico não estava restrito às ruas, mas a ambientes que defendessem a “Pátria”, como as escolas e casas de assistência social, as famosas “casas de caridade”, a fim de combater o analfabetismo através de sua inserção no meio educacional, a exemplo das atividades que as mulheres exerciam como professora de escolas e internatos católicos.

Baseando-se no princípio de que a Pátria era peça fundamental na construção da família, às mulheres católicas ficariam responsabilizadas por construir uma nação livre que defendesse a moral cristã. Assim, a Igreja Católica contribuiu de maneira fundamental na inserção e busca de novos papéis nos quais a figura feminina ficaria responsável por assumir no meio social, sem deixar ignorar o ambiente doméstico. Era necessário frear o movimento feminista e os valores modernos, e isso só seria possível se a igreja rearticulasse a sua fala para as mulheres naquele período. Aos poucos, feministas e religiosas intensificaram suas inserções sociais como participantes em defesa do desenvolvimento social da sociedade.

2.2 - Revista Era Nova: A Imprensa Paraibana Feminina nos anos 1920

Desde o final do século XIX a história da imprensa feminina é baseada na luta de expressar publicamente suas opiniões expondo os seus interesses e desejos. Não foi diferente na Parahyba. Assuntos que envolviam o futuro do país e da Parahyba do Norte, faziam parte das escritas e interesses femininos. Em uma época de intensas transformações urbanas, políticas e sociais, as mulheres também passam a se preocupar com elas mesmas, a exemplo da importância da educação feminina e o mercado de trabalho, a questão acerca do relacionamento homem-mulher, além das questões domésticas que envolviam o marido e os filhos, não deveriam ficar de fora dos periódicos.

Concomitantemente, o jornal sempre foi um veículo considerado símbolo da modernidade por propagar as notícias, informações e opiniões dos mais variados tipos de intelectuais, escritores, jornalistas, entre outros, e é dentro deste meio de comunicação que as mulheres desejavam inserir-se para divulgar suas ideias, justamente pelo mesmo ser tão influente no meio social. Ademais, qualquer assunto que estivesse relacionado ao cotidiano feminino virava notícia de jornais e revistas, assim como Fragoso e Nunes (2009) comentam em seu artigo: O feminismo sob o olhar da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino:

Ora as mulheres ocupavam esse espaço para expor suas ideias, reivindicar seus direitos; ora eram o alvo da crítica que não via com bons olhos essa exposição feminina e o espaço que, gradativamente, a mulher ia conseguindo na sociedade, de forma geral (FRAGOSO; NUNES, 2009, p. 2).

Fragoso; Nunes (2009) explicam ainda que o jornal “A União” apoiou e estabeleceu ideias com a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino através da “Página Feminina”, folha concedida pela direção do periódico às associadas do grupo feminino citado. Os textos publicados nesta página colaboraram com a exposição das ideias femininas para toda a sociedade paraibana, inclusive para todas as senhoras e senhorinhas que liam o jornal, além dos debates acerca dos direitos da mulher que aumentaram no período.

É possível observar, nos textos publicados nos primeiros meses um tom comportado e voltado muito mais para as ações desenvolvidas, para a beneficência e a homenagem a figuras ilustres da sociedade, ou reflexões sobre aspectos ligados à cultura brasileira em geral e aos comportamentos adequados. Na continuação, percebe-se uma quantidade de textos expressiva focada na questão do feminismo, dos novos papéis que a mulher deve exercer, do questionamento das posições restritivas em relação aos direitos da mulher. Torna-se frequente também a divulgação das ações da FBPF e a realização de eventos feministas internacionais (NUNES, FRAGOSO, 2009, p.10).

Dentro desta perspectiva, Sales (2005) lembra que surge no Jornal “A União”, a “Página Feminina”, que tinha como objetivo principal compartilhar textos de autoria feminina e manifestações culturais locais, o que evidencia mais um espaço alcançado pela mulher paraibana.

De acordo com Silva (2007), em sua dissertação de Mestrado intitulada “A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras – 1891/1945”, a jornalista Analice

Caldas escrevia artigos para as revistas *Era Nova*, *Flor de Liz* e *Jornal “A União”*, entre outros. Ela também fazia parte da Associação Paraibana pelo Progresso feminino (APPF).

Os principais objetivos dessa associação era a luta pelo voto feminino, promover a educação da mulher, estimular o interesse das mesmas nas questões sociais, assegurar os direitos políticos para as mulheres, elevar o nível de instrução feminina, proteger as mães e as crianças, obter garantias legais para o trabalho feminino e estimular a socialização entre as mulheres. Assim como Silva (2007) revela:

A referida associação feminina foi idealizada em sessão preparatória, a 06 de fevereiro de 1933, num dos salões do grupo Escola Thomaz Midello (localizado no antigo Centro Comercial e de Serviço da cidade da Parahyba, cedido pelo então diretor professor Joaquim Santiago. Em 11 de março era “aclamada” a primeira direção provisória tendo a prof^a Lylia Guedes, na presidência; Olivina Carneiro da Cunha, como vice-presidente; Alice de Azevedo Monteiro, secretária; Albertina Correia Lima, oradora; Francisca de Ascensão Cunha, tesoureira; e Analice Caldas como bibliotecária. Todas professoras formadas na Escola Normal nas duas primeiras décadas do século XX (SILVA *apud* A UNIÃO, quinta-feira, 01 de junho de 1933).

Silva (2007) salienta ainda que a associação feminina durou cerca de dez anos, entre a década de 1930 e parte da década de 1940. Todavia, em 1937, a APPF começou a perder espaço no *Jornal “A União”*. Além da APPF, havia também outra associação feminista voltada para as conquistas de direitos políticos para a mulher – A Liga pelo Progresso Feminino localizada na capital, João Pessoa. A organização foi criada no Rio de Janeiro em 1918, e posteriormente, em 1922, passa a ser chamada de Federação das Ligas pelo Progresso Feminino.

A intensa participação feminina no âmbito público passou a ser mais visualizada, a exemplo dos comitês femininos, criados em prol da aliança liberal nas eleições de 1930 na Paraíba, com destaque para a Cruzada Liberal Clara Camarão em Campina Grande e a Liga pelo Progresso Feminino em João Pessoa, bem como, outras associações que souberam ocupar os espaços do âmbito público como, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino Paraibano (A.P.P.F.), fundada em fevereiro de 1933 por um grupo mulheres da elite paraibana, entre várias outras associações de maior ou menor relevância (SILVA, 2007, p. 20).

É importante considerar que a atuação na imprensa serviu para o despertar de consciência política e opinião pública. De acordo com o artigo “Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: Práticas, leituras e representações”, Bernardo (2009) afirma que no jornal “A União”, entre os anos 1900-1930, há matérias de participação feminina na política paraibana das mulheres de famílias abastadas, nos comitês femininos, com as candidaturas presidenciais de Getúlio Vargas e João Pessoa.

Afinal, estas mulheres, através da escrita, puderam manifestar suas ideias e ideais numa época bastante preconceituosa, pois deram oportunidades a si mesmas e às próprias leitoras de elite da época que acompanhavam os jornais e revistas, e finalmente, puderam participar da abertura dos mais variados debates, lutando pelos seus direitos políticos e educacionais. Através das palavras elas fizeram história, produziram, mudaram, atuaram e registraram o que sentiam e desejavam.

Desta forma, é interessante observar que as mulheres da APPF inauguram a Página Feminina com questões menos radicais, ou seja, assuntos como divórcio ou superioridade feminina não eram tratados, o que poderia alarmar a sociedade, pois, “A União” era um jornal considerado bastante popular e iniciou sua circulação em uma época que as mulheres ainda não haviam divulgado suas ideias publicamente.

A partir deste ponto de vista, os anos 1920 na Paraíba e no Brasil foram marcados por profundas mudanças em todos os aspectos da vida social e isso inclui o pioneirismo da Imprensa Paraibana Feminina com destaque para a revista “Era Nova”, fundada na cidade de Bananeiras-PB, em 27 de março de 1921, com periodicidade quinzenal, que circula até 30 de dezembro de 1925. Outrossim, apesar do Jornal “A União” ser realizado por uma imprensa masculina, foram publicados diversos artigos femininos que enriqueceram as páginas do periódico em torno dos mais variados debates¹. Por outro lado, Sales (2005) descreve em sua tese de Doutorado: “TECENDO FIOS DE LIBERDADE: Escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX”; a opinião do educador e poeta Barbosa Filho:

A revista Era Nova funciona como um espaço de veiculação de ideias, espaço de publicação de textos, trincheira das discussões intelectuais, e, em certo sentido, espécie de radar das repercussões do Modernismo. (SALES *apud* BARBOSA FILHO, 2005, p. 135).

¹A União foi fundado em 2 de fevereiro de 1893, pelo presidente da província paraibana, Álvaro Machado, veiculados na capital João Pessoa-PB.

É neste sentido que a Revista Era Nova desperta para a nova realidade de modernização nos anos 1920 e escrita por homens e mulheres intelectuais valorizando a modernidade como o próprio título diz, abrindo espaço para essas mulheres escritoras que começavam a dar os primeiros passos na formação cultural paraibana. De acordo com o educador e poeta paraibano Hildeberto Barbosa Filho a revista não segue um tipo de ideologia preciso, mas, na realidade, reúne diversos intelectuais e escritores da época.

Na Parahyba do Norte dos anos 20, a revista Era Nova simbolizou no próprio nome o ideal de propagar o processo de modernização que imprimia forças ante o conservadorismo. A publicação guarda as memórias dos "avanços" que chegavam encaixotados nas cargas das embarcações e dos trens, no eco dos movimentos sociais que alardeavam a Europa e na ousada inserção de mulheres que não só exibiam atualizadas figuras no vestir - respeitadas as proporções da conveniência-, mas que "escreviam e inscreviam" novos discursos de um feminino menos frágil do que a imagem desvelava (MEDEIROS, 2011, p.1).

Sales (2005) afirma que o objetivo principal da Era Nova foi contribuir com o desenvolvimento literário do meio social. Apesar de não estar focada só no público feminino havia conteúdos que estavam ligados aparentemente às mulheres, assim como Abrantes (2010) comenta:

Sutilezas na diagramação, como tipos de letras diferentes, um pouco de cor, pequenos detalhes como laços, flores, decorando as bordas das páginas e retratos. Toques de delicadeza e elegância que se constituíam como signos de requinte e cuidado, comumente atribuídos ao gosto feminino (ABRANTES, 2010, p.15).

A década de vinte é uma época marcada pelo conflito entre o tradicional e o moderno, o que traz à tona as discussões sobre as transformações nas condutas femininas acerca da ocupação das mulheres dos espaços públicos, e conseqüentemente na imprensa.

Rodeadas por uma imprensa masculina, as mulheres que colaboraram para a Revista Era Nova e alguns artigos do Jornal "A União" tiveram um importante valor na sua manifestação histórica, pois elas lutaram pela liberdade de informação, independente de gênero, através de suas opiniões e ideias veiculadas nestes meios de comunicação. Sales (2005) comenta ainda que uma das escritoras do periódico, Elizabeth Siqueira, descreve que as pioneiras paraibanas esforçaram-se para divulgar a

luta pela cidadania feminina, através da inserção destas mulheres na educação, cultura, profissionalização e assistência social.

A Imprensa Feminina é um espaço privilegiado para dar visibilidade à participação ativa da mulher na história, um autêntico exercício de cidadania, um meio de ultrapassar a fronteira da esfera privada do lar para o espaço público. Uma história que elas encontraram dentro de si próprias os meios para lutar contra sua exclusão da vida literária e cultural, descortinando novos horizontes para o universo feminino (SALES, 2005, p.136).

As próprias mulheres que trabalhavam como jornalistas escreviam voltadas para uma preocupação com a entrada da mulher no mercado de trabalho e no que isso poderia acarretar para as suas vidas e para a sociedade como um todo. E foi através desta escrita que elas puderam revelar os seus desejos de inserirem-se no meio social.

Dentro desta perspectiva, as mulheres atuaram ativamente na escrita da imprensa paraibana dos anos 1920-1930, pois foi um grande desafio escrever numa época onde estas ainda eram vistas com muitos preconceitos, entretanto, elas conseguem driblar as dificuldades e passam a serem escritoras de sua própria história. Sales (2005) deixa claro que tanto no Jornal “A União”, como na Era Nova e a Flor de Liz, as mulheres deixaram suas marcas através da escrita, pois:

Através do exercício de uma escrita marcada por um estilo leve e simples, elas pinçaram no fato corriqueiro da experiência cotidiana, a duração do seu significado humano. Daí a relevância da função social da voz feminina na imprensa paraibana, articulando tempo e memória. Essas mulheres do passado deixaram suas marcas deram testemunho de que existiram e atuaram, bordando seus nomes na história cultural da imprensa paraibana (SALES, 2005, p.137).

Desta forma, as escritoras da década de 1920 consideram a escrita na imprensa e a profissão do magistério como símbolos de liberdade e reconhecimento feminino na sociedade paraibana, por todos aqueles que tiveram a curiosidade de ler as revistas ou jornais.

Assim recompor a história dessas mulheres da Paraíba, configurada a partir da singularidade de cada professora e de cada escritora, permitilhes construir uma imagem pública bem definida, rompendo o silêncio, no qual ela possa ver os seus trabalhos intelectuais reconhecidos, pois escrever e educar se colocam para elas como atividades éticas em relação ao mundo e a elas mesmas, como busca permanente da liberdade (SALES, 2005, p.33).

As jovens da alta sociedade, mulheres ativas e participativas da construção da história paraibana, quase sempre estampavam as capas da revista deixando o esconderijo de suas casas para tornarem-se conhecidas através da escrita de seus artigos. Mas, é importante frisar que essas conquistas não foram obtidas de maneira simples, nem que representavam todas as mulheres paraibanas.

Dentro desta perspectiva, a imprensa foi considerada como de suma importância por abrir espaço para exposição das ideias femininas, além de ser responsável por formação de opinião que abriu espaço às mulheres para a divulgação de seus conceitos que defendiam a figura feminina como sujeito ativo na sociedade que poderia trabalhar, estudar, participar da política e do meio social, no entanto, essa escrita era cuidadosamente analisada para que pudesse ser aceita nesses meios.

CAPÍTULO 3

3. MULHERES ESCRITORAS E A FLOR DE LIZ: AS DAMAS DA IMPRENSA CAJAZEIRENSE

3.1 Escola Normal de Cajazeiras e Dorothéas: o vínculo que deu certo

As escolas normais confessionais católicas foram instituições presentes na formação da educação feminina brasileira no início do século XX, pois contribuíram de maneira essencial na formação de professoras para as escolas públicas primárias. Além disso, Silva (2004) salienta que as escolas primárias foram construídas com o objetivo de acabar com os problemas educacionais a fim de aumentar a demanda de professores, o que atraiu um grande número de mulheres para o setor educacional. Sendo assim, as instituições católicas foram as grandes responsáveis pela formação de professoras para o setor público de educação.

Estas congregações especificavam em seus colégios uma educação de conduta ética, religiosa e formação para o lar, que salientavam em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe-professor (SILVA, 2004, p.10).

Por outro lado, muitas mulheres oriundas de famílias pobres necessitavam trabalhar para garantir o sustento do lar. Entretanto, em alguns casos, as famílias das

meninas abastadas eram contra a educação feminina, pois acreditavam que as mulheres poderiam se tornar independentes e, assim, se desvirtuar do casamento. Mas, essa visão começa a ser modificada, no entanto, sem se desvincular do principal objetivo da maternidade, ou seja, alguns grupos considerados menos conservadores apoiavam a instrução feminina, para que assim, as mulheres pudessem cuidar dos filhos, da casa e do marido de forma mais adequada. Além disso, começa-se a perceber que as mulheres na figura das professoras poderiam educar as crianças para uma moral e valores estabelecidos como bons pelo Estado e pela Igreja. As escolas assim, eram espaços importantes para a formação de ideais desejados, por isso, a igreja investe cada vez mais nas escolas organizadas por religiosos.

As camadas sociais médias e dominantes não aceitaram com naturalidade que suas filhas exercessem a profissão de professoras. Só em casos extremos, devido a condições financeiras ou falta de casamento, procuravam a profissão, que mesmo assim, era considerada uma vergonha para as famílias, daí a procura pelas instituições católicas. No entanto, para as famílias das classes subalternas, a profissão era uma maneira de aumentar a renda familiar (SILVA, 2004, p. 11).

É importante considerar os discursos que existiam em torno da escolha em ser professora que desqualificavam aquelas que se enveredavam por esse caminho. Como o que propagava que as professoras eram “feias” e sem atrativos e para não serem apontadas como “solteironas”, acabavam sendo professoras. Estas priorizavam a função do magistério, pois de acordo com Silva: “A representação de professora ‘solteirona’, bastante adequada para representar a dedicação das mulheres à profissão, tidas como severas, sem atrativos físicos e de sexualidade duvidosa” (SILVA, 2007, p. 54). Na Revista Flor de Liz, a escritora Fortunata Assis descreve em um artigo acerca das “Professoras feias”, no qual ela ironiza afirmando que as professoras bonitas casam-se cedo e as feias ficam com o papel do magistério. É neste sentido que as educadoras feias devem ser simpáticas e agradáveis com os alunos:

Porque as bonitas casam-se cedo e, em regra geral, abandonam o magistério. Ficam por conseguinte as feias que não se casaram, exercendo mui descansamente o papel de professora. E se além de feia enjoada!... Então será um desastre. Uma feia porém delicada e amável que agente possa olhar (embora por pouco tempo), e desculpar com a sympathia, não sei que mal pode haver em que sejam uma excelente professora (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927).

É importante considerar que esse artigo gerou polêmica na revista, pois outras mulheres se mobilizaram contra a opinião de Fortunata, a exemplo da leitora Djanira Neves, que enviou um comentário criticando o artigo e afirmando que o mais importante é que as professoras cumpram com o seu dever de ensinar aos alunos com competência e disciplina, não importando a beleza. A leitora critica ainda as professoras que se arrumam exageradamente com vestido decotado, maquiagens ou acessórios, o que pode gerar um “mal exemplo” aos alunos. Apesar de Fortunata desejar passar a imagem que o papel do magistério ficava a cargo das professoras feias, em contrapartida muitas mulheres se tornavam professoras pelo seu mérito.

Por sua vez, com as suas próprias alunas transformando-se em professoras, as Escolas Normais se empenhavam cada vez mais em preparar moças com vocação para a profissão de alfabetizar os alunos, de preferência, as mulheres pertencentes às camadas mais abastadas da população. Seguindo nesta lógica, a educação pedagógica feminina contribuiu de maneira essencial para a propagação educacional.

Possibilitou, também, a oportunidade de muitas mulheres ingressarem no mercado de trabalho, muito embora, o preço pela iniciativa de trabalho consistia em abandono e condenação social por parte da sociedade (SILVA, 2007, p. 54).

Silva (2007) comenta que a função das instituições laicas e religiosas era a educação da classe popular, enquanto que a formação da elite ficava a cargo das instituições religiosas privadas. A expansão do ensino primário gratuito favoreceu o entusiasmo pela educação nos anos 1920, visto que a mulher se encaixava na realidade analfabeta do país, o que acabou levantando diversas questões acerca da importância da instrução feminina.

O fato é que, as mulheres, inicialmente como alunas e depois como professoras, constituíram o quadro que mais interagiu com essa instituição, tornando um espaço essencialmente feminino destinado à prática pedagógica e desencadeando o processo de profissionalização do magistério primário. A formação pedagógica feminina contribuiu enormemente para difusão da educação. Possibilitou, também, a oportunidade de muitas mulheres ingressarem no mercado de trabalho, muito embora, o preço pela iniciativa de trabalho consistia em abandono e condenação social por parte da sociedade (SILVA, 2007, p. 53-54).

Nos colégios internos os pais sabiam que seus filhos estavam na melhor das companhias, estudando para serem doutores, e as moças, além da fina educação

doméstica, recebiam grau de professoras e preparavam-se para serem futuras senhoras da alta sociedade – boas esposas e mães de família, preparando-as para um bom casamento, no rígido estilo católico da época. Além disso, é importante mencionar o quanto a Escola Normal foi essencial para a cultura, educação e profissionalização da mulher durante os anos 1920-1930. Desta forma, o objetivo da educação feminina nos internatos religiosos era de preservar a moral da mulher, a fim de evitar que esta se desviasse do caminho imposto pela Igreja e de sua missão de mulher perfeita.

Essas questões são importantes porque ao falar da Revista Flor de Liz, também iremos falar de suas escritoras, ou seja, mulheres que tiveram como principal formação o magistério, organizado por um grupo de religiosas. Essa formação educacional e religiosa está presente em quase toda a revista, que traz como temáticas recorrentes a educação.

Cunha (2000) revela que o primeiro passo para a construção de um Colégio Normal na cidade de Cajazeiras deu-se no ano de 1843, quando o Padre Mestre Inácio de Sousa Rolim reivindicou junto às autoridades governamentais a criação de um Colégio de instrução secundária, onde os alunos pudessem estudar além do Ensino Básico que era lecionado na Escolinha da Serraria, que funcionava às margens do Açude Grande. Além disso, como a cidade de Cajazeiras estava despontando como importante centro comercial da região sertaneja, vários alunos do Norte como do Nordeste procuravam a Escolinha, o que impulsionou cada vez mais o Mestre a criar o Colégio. “Essa Escolinha, foi a semente criadora, foi também o marco que veio a transformar no monumental Colégio do Padre Rolim” (CUNHA, 2000, p. 19).

O autor afirma que desta forma, garantida a educação para os jovens cajazeirenses, Padre Rolim pensou na formação intelectual da juventude feminina.

Para resolver tal problema, o Mestre mandou educar na cidade de Fortaleza duas primas que, posteriormente, ensinariam numa escola que o sacerdote desejava construir nas próprias dependências do renomado Colégio (CUNHA, 2000, p. 19).

De acordo com Cunha (2000), no início do século XX com as transformações decorrentes da modernidade, o então Bispo de Cajazeiras, Dom Moisés Coelho, teve a ideia de fundar um Colégio na própria instituição do Padre Rolim – A Escola Normal de Cajazeiras, que atendesse às professoras normalistas da cidade, uma frequente preocupação da população do Sertão paraibano, que acompanhando as ideias modernas,

constatou que estaria faltando um estabelecimento que estivesse à altura do progresso sertanejo.

Em 1914, o Presidente Castro Pinto, em sua mensagem à Assembleia Legislativa, falou do difícil problema da fixação de professores diplomados no interior do Estado, sugerindo, como solução mais indicada, a criação de uma Escola Normal no Alto Sertão. Parecia até que a iniciativa tinha endereço certo, ao mencionar que tal benefício deveria ser implantado, como se quisesse manifestar sua preferência por Cajazeiras, levado talvez pelo desejo de consolidar a obra realizada pelo Mestre Inácio de Sousa Rolim (CUNHA, 2000, p. 20).

Sendo assim, Dom Moisés Coelho empreendeu uma campanha com o então Presidente do Estado, Dr. Francisco Camilo de Holanda, a equiparação do Colégio Padre Rolim à Escola Normal do Estado que veio se consagrar no ano de 1921.

Instalada a Escola Normal com a inscrição de candidatos aos exames de admissão, foi a sua direção entregue ao Monsenhor Constantino Vieira da Costa, que já vinha dirigindo o Colégio Padre Rolim, tendo como professores vários sacerdotes e esse dedicado amigo da juventude de sua terra, o Doutor Cristiano Cartaxo Rolim (CUNHA, 2000, p. 21).

Afinal, tanto o Bispo Dom Moisés, como a classe do magistério puderam comemorar a vitória de uma intensa luta que ficou reconhecida como o principal estabelecimento de ensino da cidade de Cajazeiras.

Cunha (2000) afirma ainda que desde 1924, Dom Moisés tentou negociar com a Congregação das Irmãs de Santa Dorothéa a entrega do Curso Normal localizado nas dependências do Colégio Padre Rolim. Desta forma, a comissão veio da cidade de Fortaleza, localizada no Ceará, para verificar as condições físicas, além do professorado da instituição. As religiosas também visitaram o comércio da cidade. Além disso, as representantes das Dorothéas desejavam obter informações acerca da quantidade de alunas do Colégio, a fim de providenciar o seu imediato funcionamento.

O primeiro contato feito com a Madre Provincial, Enrichetta Cesari, ensejou a vinda a Cajazeiras, no dia 16 de agosto de 1927, da Reverenda Madre Andrade, acompanhada da Madre Sosinho, ecônoma do Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração, de Fortaleza e da estudante Aurélia Ferrer (CUNHA, 2000, p. 37).

Na Revista Flor de Liz, uma das suas escritoras, Sinhazinha Ramalho, afirma que a Revma. Madre Superiora Maria Rosa Andrade e a Revma. Madre Sosinho tiveram uma ótima impressão ao visitarem o comércio e o centro urbano de Cajazeiras, o que evidencia que para a Ordem das Dorothéas era muito importante constatar tanto as condições físicas da escola como o desenvolvimento da urbanização da Terra do Padre Rolim, a fim de trazer uma forma de educação considerada o modelo educativo das escolas normais das grandes cidades. No início de 1928, a cidade de Cajazeiras despontava como importante centro comercial da região sertaneja, valorizado pela movimentação dos seus colégios que atraíam estudantes de todo o sertão paraibano e de localidades circunvizinhas do Ceará. Como aluna da Escola Normal de Cajazeiras, sob direção das Dorothéas, a escritora pôde comprovar todo o carinho, zelo, esforço e dedicação que as Irmãs tiveram com cada uma das educandas cajazeirenses e sertanejas.

São heroínas que nada temem. São estas mulheres intrépidas, estas queridas educadoras que vamos ter em Cajazeiras, como um penhor das bênçãos do céu. Tal foi a impressão que, a despeito de só entrar nos planos do Sr. D. Moisés e Madre Provincial a abertura do colégio em 1929, Madre Andrade manifestou sua intenção de trabalhar por vel-o aberto logo no próximo ano (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 8, Julho de 1927).

Diante de tais fatos, no ano de 1928, a comissão voltou a visitar a instituição, quando foi confirmada a transferência da Escola Normal de Cajazeiras, para o domínio das Irmãs Dorothéas. Nesta ocasião, a Irmã Andrade assumiu o cargo de diretora interina do estabelecimento.

No dia 28 de fevereiro de 1928, em reunião presidida pelo Monsenhor Constantino Vieira da Costa, juntamente com todo professorado, de um lado, e do outro a Reverenda Madre Maria Rosa Andrade, foi selada em definitivo, a transferência (CUNHA, 2000, p. 37).

Concomitantemente, no internato para meninas oriundas de famílias católicas, a tradicional Escola Normal de Cajazeiras, instalou-se a antiga Associação das Irmãs Dorothéas de Cajazeiras, que contribuiu para a educação religiosa entre os anos 1920 e 1980. A revista Flor de Liz menciona em uma de suas publicações, que a associação das religiosas esteve presente na cidade de Cajazeiras nos anos 1930.

As religiosas Dorothéas não são apenas mulheres que voltam sua vida ao ensino, à prática da assistência caridosa, ellas são, sobretudo,

grandes espelhos expostos à vista dos que ainda sentem em seus corações a atração do bem e dos bellos, são exemplos vivos do sacrifício de renúncias, suteados da sociedade utilitarista fementista de hoje (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 8, Julho de 1927).

Cunha (2000) salienta ainda que o vínculo entre o Colégio Padre Rolim e o Curso Normal aos poucos foi desaparecendo, principalmente após a entrega da direção do Educandário às Dorothéas². No ano de 1952, a escola ganhou um novo nome – Colégio Nossa Senhora de Lourdes, “título bem adequado a uma organização dirigida por religiosas” (CUNHA, 2000, p. 50). Entretanto, Rolim (2010) salienta que não há fontes que apontem uma determinação legal para a mudança de nome, pois, há apenas uma dedução de que a denominação da escola refere-se à religião católica que administrava a instituição.

Nos anos 1990, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes passou a ser administrado pela Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora (IENS), oriundas do Rio Grande do Sul que até os dias atuais se encontram à frente da escola.

A Revista Flor de Liz em várias de suas publicações sempre valorizou a educação, além da atuação do magistério em Cajazeiras, como sendo muito importante para a evolução e o progresso da cidade.

Sendo na escola que se dissipam as trevas intellectuaes, sendo ahi onde o espirito humano começa a contemplar a sumptuosidade da natureza, o heroísmo dos grandes, o valor dos gênios, deve ser também ahi começada a importantíssima formação moral da creança. Está, sem nenhuma dúvida, no papel da professora, iniciar a formação do character da creança, pois a despeito mesmo de tudo que se diga ao contrario, a escola tem notável influencia sobre os que a frequentam. Si assim não fosse inútil seria ella (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 9, Agosto de 1927).

O periódico também elogia a atuação da Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes na cidade de Cajazeiras, onde grande parte das escritoras da revista estudaram.

²A congregação das Irmãs de Santa Dorothéa foi fundada em 12 de agosto de 1834, na Itália e inspirada na sua fundadora, a Reverendíssima Madre Paula Frassinetti, elevada à categoria de Beata, e posteriormente, beatificada como Santa pelo Vaticano. As irmãs Dorothéas foram e continuam sendo educadoras de várias gerações em várias partes do mundo, trabalhando em colégios, paróquias e comunidades carentes. No início dos tempos republicanos, as religiosas contribuíram com a educação de milhares de nordestinos, cumprindo os papéis que seus fundadores lhes distinguiram. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Congrega%C3%A7%C3%A3o_das_Irm%C3%A3s_de_Santa_Doroteia)

Elas estimam o quanto a instituição fora importante a fim de implantar a educação que tanto valorizou a profissão do magistério.

Senhor, vós é que lhes preparastes o terreno com o cuidado delicado de vossa alma, com a suave solicitude de vossa bondade, quando plantastes no seio do vosso Sertão esta sementeira bendita de onde viemos quase todas... A Escola Normal (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 9, Agosto de 1927).

Ademais, por serem católicas, as mulheres da Flor de Liz tinham a impressão de que a administração das Irmãs Dorotheás na Escola Normal foi um grande desenvolvimento para a cidade, pois sendo oriundas do Sul do Brasil as religiosas iriam inovar a educação feminina, tanto em Cajazeiras, como em toda a região.

Assim, algumas escritoras da Revista Flor de Liz não cansavam de valorizar a referida escola apontando-a como responsável pela valorização da profissão do magistério, a preparação para o casamento, ensinando as prendas domésticas, além de encaminharem para os preceitos religiosos. Assim, como a aluna Sinhazinha Ramalho descreve: “Como aluna das Dorotheás posso atestar a perfeição de esforços, o zelo, o carinho e abnegação que cada uma delas tem para com as alunas. Nem podia deixar de ser assim” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 9, Agosto de 1927).

É interessante ressaltar o quanto as normalistas se sentiram orgulhosas por estudarem em uma escola católica, além de trabalharem para uma revista católica, cientes das experiências adquiridas durante os estudos e trazidas para a revista feminina como uma forma de divulgá-las para a sociedade cajazeirense. “Dahi a nossa Flor de Liz onde cuidamos de nossa cultura intelectual e moral” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril 1927).

Sendo assim, as mulheres que estudaram na Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes entendiam que a instituição administrada por uma organização católica, fora responsável pela moral e bons costumes, além de zelar pelo progresso de Cajazeiras. “E assim ireis lançando no coração e n’alma dos vossos filhos e alunos os sentimentos nobres: a prática da virtude, o amor da pátria, o respeito às leis e o culto da justiça” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril 1927).

Com uma educação voltada para o catolicismo, a exemplo das Dorotheás, as católicas acreditavam que a Igreja deveria ter o monopólio do ensino, entretanto elas esclarecem que a instituição não obrigava as escolas a seguirem a religiosidade católica, pois cada educandário tivera a liberdade de seguir o que lhe conviesse.

Certamente a Igreja deveria ter o monopólio do ensino. Ella, comtudo, não pleitea, limitando-se a exigir a sua liberdade. Si a sociedade moderna está scindida por tantas modalidades de crença, a Igreja reconhece esta situação de facto, não pretendendo violentar o direito dos pães protestantes, dos pães espiritas, etc, de formar o espirito dos seus filhos segundo a suas convicções particulares (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 12, Novembro de 1927).

Embora o artigo da revista reconheça as “modalidades de crença” afirma que a “igreja deveria ter o monopólio do ensino”, ou seja, as instituições de ensino regidas pela Igreja Católica eram as que tinham mais prestígio na sociedade não só cajazeirense como paraibana. Assim, o artigo aborda a importância da escola normal na formação das mulheres que participavam da Revista Flor de Liz, assim como o catolicismo, mas essas mulheres que produziram a revista foram além desses espaços determinados pela Igreja e construíram lugares de subversão, não a subversão radical, mas aquela que sutilmente é construída no cotidiano. Certeau (1994) já nos mostrava que “o homem ordinário” inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente dessa conformação. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que o autor chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência,” que vão alterando os objetos e os códigos e estabelecendo uma (re) apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um (SANTANA, 2008, p. 91).

Desta forma, os temas que foram abordados na revista Flor de Liz faziam relação constante com os preceitos religiosos, no entanto, esse mesmo espaço utilizado para essas discussões, também traziam temas polêmicos de interesse do público feminino. Assim, se a Igreja enquanto instituição estrategicamente ressignificava alguns de seus valores para não perder o público feminino, esse mesmo público utilizava de táticas para tratar de questões que lhes eram pertinentes, expondo a sua opinião.

3.2 Debates e polêmicas: nas entrelinhas da Flor de Liz

Ao longo do século XX as revistas femininas, a exemplo da pioneira Flor de Liz, conhecida como a “Dama da Imprensa Cajazeirense” tornaram-se moda entre as mulheres da época que ditava a maneira delas se vestirem, além de auxiliar como elas deveriam se comportar perante a sociedade católica e conservadora da época, além de abordar temas políticos, religiosos, educacionais, literatos, sociais, profissionais ou

domésticos. É interessante ressaltar o quanto a revista foi importante para alavancar a divulgação das ideias femininas na cidade de Cajazeiras, onde a mulher teve vez e voz, pois por ser escrita por mulheres e para mulheres, o periódico foi essencial na construção dos ideais das católicas, assim como o escritor Santos (2006), p.1 esclarece:

Pioneira na imprensa dirigida e editada por mulheres em Cajazeiras, a revista é um veículo de importante valor cultural para a sociedade cajazeirense. Não só pela pluralidade de assuntos que abordava, de forma admirável como se percebe na leitura de alguns dos números que nos chegaram, mas principalmente pelo que representa de novidade para uma época em que o grosso da imprensa escrita era feita quase que exclusivamente por homens. *Flor de Liz* é parte desse tempo, do momento em que a mulher começa a participar dos debates em sociedade e a manifestar também opinião sobre as coisas.

Santos (2006) enfatiza ainda que a *Flor de Liz* era a parte feminina sensível e inteligente da imprensa cajazeirense que realizava os mesmos papéis dos jornalistas ou das pessoas de diversas áreas que faziam imprensa na cidade. Entre os anos 1926-1937 era um dos meios de comunicação escrita mais apreciados pela sociedade cajazeirense, pois elas desejavam conquistar um maior espaço na sociedade ao divulgar suas ideias, reivindicar seus direitos, participar dos debates que abordam o desenvolvimento do país, e exercer o direito de cidadania através do voto.

Desta forma as ampliações das ideias femininas começaram a se concretizar a partir do momento em que as mulheres sentiram que seria importante abordar temas no periódico que interessassem a todas as leitoras, o que acabou por debater assuntos dos mais variados, a exemplo da instrução, a educação, a etiqueta social, os costumes importantes que elas deveriam adotar, além das atitudes e ideias dentro dos preceitos católicos.

As ideias do periódico católico foram difundidas pela Ação Católica Feminina de Cajazeiras, um grupo de mulheres integrantes da Igreja Católica que se incumbiu de fundar a revista *Flor de Liz*. É importante enfatizar que as pioneiras da imprensa cajazeirense se mantinham atualizadas através da leitura de livros e leitura de outras revistas e jornais. Dessa forma, desde seu primeiro número, a revista se manteve atualizada, pois se encarregou de divulgar os últimos acontecimentos do Brasil e do mundo.

É importante considerar que as mulheres desta época não poderiam expandir suas ideias com exageros, para não alarmar o meio social ou a Igreja, mas dentro dos

limites. Contudo, apesar da principal abordagem da revista ser a religiosidade que valorizava a figura feminina do início do século XX, a “Flor de Liz” tratava de moda, comportamento, culinária, assuntos religiosos, conselhos sobre como cuidar dos filhos e do marido, estilos e mudanças da sociedade, além das transformações urbanas e sociais enfocando nos padrões católicos de Cajazeiras.

A Revista “Flor de Liz” não pode ser considerada um periódico com discurso feminista, mas feminino. Entretanto, a mesma trata do feminismo como uma forma que a mulher encontra de se inserir no espaço público, além de ser convicta de que o principal papel a ser desempenhado pela mulher é a administração do lar, o qual a Flor de Liz procura enaltecer, enfatizando as suas dificuldades e as habilidades que lhe são necessárias. Desta forma, a revista cajazeirense está sempre a par das transformações do período de modernidade, além de reforçar as relações de gênero e suas representações.

A revista foi um importante veículo cultural para a sociedade da época em defesa da valorização feminina não por ter sido produzida por homens, mas por mulheres, que representavam a elite social de Cajazeiras. Sales (2005) salienta ainda que:

Isso faz da Flor de Liz, a flor do amor, a flor da glória e fonte de fecundidade. Daí poder a Revista Flor de Liz ser considerada o símbolo da glória feminina, da rede de solidariedade no compromisso de socializar à necessidade de instrução. E mesmo comparadas às flores as mulheres devem ser resistentes (SALES, 2005, p.144).

Sales (2005) destaca que a qualidade das matérias da revista, seja de cunho literário ou educativo, era excelente, “contribuindo assim para desmanchar os laços que cristalizavam a mulher nos papéis sociais de esposa e mãe, pois esses laços que enfeitavam as mulheres do passado eram os mesmos que as prendiam em casa”. (SALES, 2005, p. 138).

É interessante salientar que a escolha do título da revista “Flor de Liz” refere-se à noção de fragilidade e delicadeza feminina da época, assim como foi influenciado pela cultura europeia, particularmente a francesa, uma vez que a Flor de Liz é um símbolo da nobreza francesa, assim como Sales (2005) ainda comenta:

O título escolhido pelas mulheres para a revista é revelador da influência da cultura europeia, especialmente a francesa, uma vez que a Flor de Liz é um ícone, historicamente ligado à nobreza da França. No Dicionário dos Símbolos, Jean Chevalier Alain Gheerbrant (2003)

afirmam que esse símbolo é a mais importante arma floral na heráldica francesa, significando poder, cultura e educação (SALES, 2005, p.139).

Ademais, a autora salienta também que ao mesmo tempo em que o título da revista remete a flor como metáfora da condição feminina, pela sua delicadeza, os espinhos referem-se à condição do perigo que a mulher pode apresentar ao “desabrochar” o conhecimento na busca pela produção cultural, de acordo com o pensamento social.

As mulheres tinham consciência da responsabilidade que teriam após escrever uma revista que seria lida por toda a sociedade cajazeirense. Além disso, as próprias escritoras deixam claro de que elas não escreveram a revista por vaidade de serem mulheres, mas pela intensa dedicação à religiosidade. Por outro lado, as católicas afirmam que outra intenção da revista é divulgar, apoiar e amparar o nome da imprensa católica não somente na cidade, como em toda a região sertaneja e no Estado da Paraíba.

A “Flor de Liz” não nasceu de nossa vaidade de mulher; brota de nosso coração de catholicas. O que nós queremos não é uma revista que fale de nosso nomes; desejamos um vehiculo de nossas idéas, a nossas conterrâneas, um meio de nos estimularmos a nós próprias. É por isso que a “Flor de Liz” surge no meio do sertão, na adustez do Nordeste. Chama-se Acção Social Catholica Feminina o nosso centro. O que queremos está dito ahi. Temos um programa que começa pela imprensa catholica da nossa querida cidade. Apóia-la, propaga-la, ampara-la, é nossa primeira tarefa. É nosso intuito faze-lo, preparando-nos para vencer. Dahi a nossa “Flor de Liz” onde cuidamos de nossa cultura intelectual e moral, aprendendo de nossos colaboradores e aprendendo de nosso magistério, a melhor maneira de aprender, no dizer do sábio humanista Erasmo. O mais são curvas da estrada. Andando, veremos como havemos de palmilhar (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927).

É evidente que o Sertão Paraibano nesta época estava carente de um meio de comunicação que desse a oportunidade as mulheres sertanejas de se integrarem no meio social numa época em que os periódicos femininos estavam no seu auge, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

Desta forma, a principal intenção das mulheres católicas é apoiar e divulgar a Ação Social Católica Feminina e a imprensa católica através da circulação da revista, além de ampliar os seus conhecimentos adquiridos na Escola Normal e na sua frequente atualização intelectual através da leitura de outras revistas, jornais e livros, o que elas

chamam de cultura intelectual. Na citação, as mulheres também falam de uma cultura moral que se refere à valorização das mulheres católicas que frequentam a missa todos os domingos e seguem os preceitos morais da igreja.

As escritoras também abriram espaço para que mulheres de outros Estados pudessem escrever suas opiniões no periódico, o que desenvolveu um novo debate para os mais diversos assuntos sociais, tocando no imaginário cajazeirense.

A dama da imprensa cajazeirense apresentava temas que se encaixavam no processo de instrução e educação feminina, o que acarretou o progresso feminino no que se refere à busca de seu espaço na sociedade, assim como Sales (2005) comenta:

A Flor de Liz revela-se como uma revista de forte cunho educativo, apontando caminhos seguros para a emancipação feminina, uma vez que através do estudo, da instrução e do trabalho, a mulher teria condições para conquistar maior autonomia em relação à família e à sociedade (SALES, 2005, p. 151).

Dentro desta perspectiva, uma das formas destas mulheres conquistarem um lugar seria através dos estudos, uma forte arma de conquista feminina e busca da identidade, ao provarem que a mulher pode e deve atuar em casa e também no espaço público. Assim como a jornalista Maria Lustosa comenta acerca da instrução feminina na época:

A instrução tudo vale e encontra-se à frente de todas as nossas empresas. Ela está unida à educação e os defeitos desta refletirão naquela. Ora desde que, não podemos viver sem educação, difícil será passar-se sem instrução se elas são inseparáveis. E se a instrução é de grande vantagem para qualquer criatura com especialidade será para as moças: porque estas sempre se esforçam mais de que outra qualquer classe para a realização de obras de valor. [...] A instrução ainda apresenta vantagens para as moças porque [...] irá servir de nosso desenvolvimento intelectual. E sendo assim só poderá ser útil e vantajosa porque forma a personalidade, transmite-nos a cultura e dirige-nos quase sempre para o bem, para a justiça e para a caridade (REVISTA FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927).

Maria Lustosa defende a importância da educação e da instrução feminina, pois sem tais valores fica quase que impossível alcançar seus objetivos de atingir o desenvolvimento intelectual e alcançar o desejo de inserção social. A escritora enfatiza ainda o esforço das mulheres em adquiri-las e que sem ambas as moças ficam impossibilitadas de exercerem seu assistencialismo social com competência e

habilidade. Além disso, a educação e a instrução são úteis para formar a personalidade e a cultura feminina.

Desta forma, a Flor de Liz se torna um importante espaço para auxiliar a compreensão das relações comportamentais dos atores sociais da época. Na maioria de suas publicações, as capas das revistas sempre vinham estampadas fotografias de diversas senhorinhas da alta sociedade cajazeirenses ou de religiosos, o que evidencia o destaque feminino e religioso no periódico. De 1926 a 1937, as mulheres que aparecem no periódico são aquelas que frequentam a Associação Católica Feminina, que vão à missa todos os domingos, muitas eram professoras e participam ativamente da vida social cajazeirense. A principal característica que se torna um diferencial essencial para as leitoras é o comportamento centrado nos valores cristãos, e faz da Flor de Liz um referencial para pesquisas atuais em relação à década de 1920.

Como exemplo, temos o artigo sobre casamento intitulado: “Às nossas jovens patricias, especialmente às noivas”, o escritor José Feliciano de Castilho aconselha aos casais que o ciúme é um sentimento destruidor de muitos casamentos e que deve evitar que este mal invada o relacionamento por completo. O autor aconselha às leitoras que não agradem o companheiro somente durante o namoro e noivado, pois é comum que com o passar dos anos o matrimônio “esfrie”, então as esposas devem sempre reconquistá-lo cuidando da beleza, além de não aborrecê-lo com bobagens, o que pode levar o casamento ao desgaste.

Longe de negligenciar-se, lembre-se que agora precisa mais esforço para conservar o marido que antes para conquista-lo, portanto, quando estiveres sós com o teu marido não te desmazes; procura aparecer-lhe sempre agradável tanto physica como moralmente (FLOR DE LIZ, Ano 4, Nº 7, Julho de 1930).

O escritor condena ainda a ociosidade das mulheres, pois acredita que elas devem sempre estar ocupadas com os afazeres domésticos, trabalho fora de casa ou encontros sociais, o que mostra que elas nunca devem estar desocupadas a fim de impedir que as mulheres se desviassem para outras atenções, a exemplo do feminismo. Desta forma, pode-se perceber a preocupação da Igreja Católica em conservar o casamento, evitar a ociosidade feminina e a saída do marido de casa.

Mas, nem mesmo a revista através de seus artigos tinha uma posição muito clara sobre a “ocupação” feminina. De acordo com a escritora Rosa Mendes, em seu artigo “Conquistas que perigam”, a mulher conquistou o título de “Rainha do lar” graças ao

casamento católico, além do sentimento de pudor que a religião deu à mulher, pois ela poderia expressar suas ideias e participar mais ativamente da vida social, entretanto limitadamente e dentro dos preceitos católicos.

Não é necessário grande esforço para se ver na história que realmente das duas fontes apontadas pelo publicista acima citado, isto é, da santidade do matrimônio e do sentimento do pudor hauriu a mulher toda a ascendência que ainda gosa na sociedade (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 9, Agosto de 1927).

A escritora revela ainda que a mulher que trabalha, estuda, expressa suas ideias através da imprensa, e participa da vida em sociedade pode ser honesta e cuidar do lar ao lado do marido e dos filhos. Esta mesma mulher deve se vestir com roupas decentes, como manda a igreja, e não com “modas exageradas”. Assim, para a escritora a mulher moderna deve estar satisfeita e feliz com o lar sagrado que a Igreja lhe confiou.

Outro artigo do periódico trata da moda, tema também bastante comum na revista. Se a escritora Rosa Tavares estava preocupada com as roupas decotadas, o cabelo também é uma preocupação constante na revista. Assim, a Igreja se opunha à moda dos cabelos curtos, na época chamada de “*À la garçone*”, pois a instituição acreditava que tal moda masculinizava a mulher. Para as mulheres das décadas de 1920-1930 a moda dos cabelos curtos, saída de Paris, considerada na época a capital da moda, atingiu o mundo inteiro. Símbolo da elegância, “*À la garçone*” invadiu as cabeleiras das donzelas às madames. Outra matéria publicada condena as modas que na época eram consideradas indecentes, a exemplo das saias na altura dos joelhos, o que era condenável na época. Desta forma, os lugares tidos como naturais para homens e mulheres estavam começando a serem dismantelados ou postos em questão.

Alguns jornaes da Italia acabam de fundar um hebdomadário ilustrado para lutar contra ass modas impudicas. A nova revista tem por designios mostrar às mulheres catholicas as vestes que devem usar para serem admitidas na Igreja (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 3, Fevereiro de 1927).

Vojniak (2003) reforça que homens e mulheres pareciam estar trocando de costumes, pois enquanto elas cortavam os cabelos, eles raspavam as barbas, o que era exigido pela moda vinda de Paris. “Os homens duros de antigamente agora amoleciam, perdiam a virilidade, a potência”. (VOJNIK *apud* ALBUQUERQUE, 2003, p. 2). No que se refere à vida profissional e pública, os homens já estavam perdendo espaço para as mulheres no magistério, o que demonstra que elas estavam invadindo um lugar que

outrora pertencera ao universo masculino. “[...] a emergência da participação política da mulher e a emergência do feminismo concorrem para esse processo de feminização da sociedade” (VOJNIAK, 2003, p. 3).

Essas mudanças eram temidas como mostra a revista, com relação à moda. Temia-se que os homens ficassem femininos e as mulheres masculinizadas. José Lins do Rego em um artigo publicado na Revista Era Nova, expõe a sua opinião sobre a moda afirmando que a mesma era um disfarce, uma falsidade que mascarava o comportamento masculino e feminino. Percebemos assim, que o que estava em jogo era a subversão da antiga ordem posta pelas trocas de lugares determinados como próprios às relações de gênero, travada no interior de conflitos entre os valores tradicionais e modernos. Essa inversão de lugares era temida pelos intelectuais paraibanos da época, como Horácio de Almeida, que, num artigo para a Revista Era Nova, publicada em Campina Grande, colocava que essa inversão contribuiria para o “aniquilamento moral de nossa raça, para a efeminização do caráter masculino” e para “o hermaphoditismo social” (CIPRIANO, 2002, p. 20).

Com relação à profissão, um outro artigo da revista diz que as mulheres já estavam se sobressaindo em diferentes profissões, entretanto, o autor reconhece que a mulher só estaria mais adaptada para exercer a profissão do magistério, pela delicadeza e a maneira de tratar as crianças. Para o autor, apesar de competir com o sexo masculino nas mais variadas atividades, a mulher demoraria certo tempo para se adaptar a outras profissões por encontrar dificuldades para se encaixar em serviços que os homens ainda dominavam por completo.

As mulheres já ganharam fama nas diferentes profissões. Mas nestas é preciso reconhecer que os seus méritos só podem ser aproveitados num sentido limitado, porque ellas mesmas têm demonstrado faltar-lhes capacidade para se adaptarem a todas as profissões. No fôro por exemplo, ellas encontram dificuldades, porque esta profissão é mais para homens (FLOR DE LIZ, Ano 5, Nº 2, Janeiro de 1931).

Por outro lado, uma das escritoras da Flor de Liz, Hylida Lyz revela que uma das maiores conquistas do feminismo foi cortar os cabelos e encompridar as ideias, o que evidencia a as mudanças na forma de pensar das mulheres, mesmo diante de uma sociedade extremamente machista. “Cabellos curtos e ideias longas eis a formula vencedora com que as mulheres do nosso século respondem ao remoque dos homens de outros séculos” (Flor de Liz, Ano 1, nº5, Abril de 1927). Hilda Lyz reforça a ideia de

que a nova geração de mulheres está mais independente, pois derrubou diversos preconceitos, além dos velhos mitos que as menosprezavam diante do século masculino. Além disso, a escritora afirma que o mundo está valorizando muito mais a figura feminina, em todos os aspectos, inclusive em jornais, revistas, palestras, conferências e a própria religião católica.

A partir deste ponto de vista, outro artigo da publicação revela o quanto a mulher mudou em comparação com o sexo oposto, em diversos setores sociais: “E hoje a mulher vae se vingando do homem, tomando todos os seus logares na sociedade que a preza, que a eleva, a estima” (Flor de Liz, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927). Essa “tomada” de lugares masculinos que a autora fala com relação ao avanço das mulheres no campo profissional, ganha força no contexto da Primeira Guerra Mundial:

‘reinaria’ com um ‘conselheiro homem’ do seu lado.

Aparece na vida uma nova classe de mulheres que com o perfume de suas graças feminis lançam se a conquista da vida competindo com o homem em quase todos os ramos de suas atividades derribando, portanto esses arcaicos pré-conceitos e desvanecendo os velhos mitos! (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927).

Sendo assim, as mulheres são protagonistas de sua própria história de mudanças no contexto social. Elas souberam astuciosamente usarem o espaço da imprensa, seja ela católica ou não, mesmo quando defendiam os direitos condicionados à moral cristã, também lutavam por melhores condições de sobrevivência. No caso da revista “Flor de Liz”, o grupo de mulheres que dela participava, representava um número ainda pouco expressivo das mulheres cajazeirenses, isso não significa dizer que determinados temas tratados na revista fossem alheios a essas mulheres, principalmente dos segmentos populares, mas muitas das lutas desse grupo menos favorecido não eram debatidos pela revista. Assim, nos deparamos mais uma vez com as discussões que giram em torno das relações de gênero, as quais alertam que os lugares produzidos para homens e mulheres além de não serem naturais, também não eram uniformes.

3.3 Memória: História das mulheres da Flor de Liz

A dama da imprensa cajazeirense, como era chamada na época, a revista Flor de Liz, era formada pelas senhoras Odília Leal (presidente), Izabel Salles Cartaxo (1ª vice-presidente), Aline Rolim Cartaxo (2ª vice-presidente), Rosa Mendes Tavares (secretária), Cynthia Mendonça Mattos (vice-secretária), Maria Assis Ramalho (tesoureira) e Victoria Bezerra de Mello (vice-tesoureira).

Além destas mulheres, há outras escritoras de destaque que contribuíram para a revista com os seus artigos. Eram professoras, escritoras, jornalistas, poetisas e historiadoras, a exemplo de Rosa David de Sousa, Fortunata Assis, Maria Tavares de Melo, Tarquínia Albuquerque, Júlia Tavares de Melo. As escritoras Analice Caldase Eudésia Vieira se destacaram em toda a Paraíba, pois contribuíram para jornais e revistas de destaque como o jornal “A União” e a revista “Era Nova”. Com relação à semelhança social destas mulheres, algumas delas estiveram inseridas na alta sociedade cajazeirense e foram alunas ou professoras da Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes.

Desta forma, é importante destacar que por serem escritoras da imprensa e participarem de um grupo católico, ou seja, a Acção Social Catholica Feminina de Cajazeiras, uma das mais importantes cidades do Alto Sertão. Estas mulheres decidem organizar a Revista “Flor de Liz”, assumindo novos lugares sociais que as enquadram numa nova forma de ser e fazer história, ou seja, de participar da construção histórica da cidade.

Na obra “Colégio Nossa Senhora de Lourdes” João Rolim da Cunha relata a biografia de algumas das escritoras da Flor de Liz. Nos próximos parágrafos uma parte dessas histórias-memórias das ex-alunas da Escola Normal serão citadas: Rosa David de Sousa, Aline Cartaxo Rolim, Rosa Tavares de Melo, Fortunata Assis e Júlia Tavares de Melo.

Rosa David de Sousa nasceu em Cajazeiras em 17 de setembro de 1908, e foi diplomada na Escola Normal em 14 de março de 1926. De acordo com Cunha, abraçou a profissão de professora com muita disposição e coragem. Nas horas vagas escrevia artigos para jornais e para a revista Flor de Liz.

A escritora era uma mulher de muita atitude, pois participou ativamente da vida cívica da cidade, organizando passeatas e fazendo discursos alusivos às efemérides³ (CUNHA, 2000, p. 168). Foi professora em São João do Rio do Peixe, onde teve como aluna a escritora Rosilda Cartaxo que escreveu sobre Rosa “Ela vestia sempre branco, com uma fita cor de rosa na cintura. Usava colar de pérolas e brincos grandes. Era dócil e meiga, a criançada a adorava” (CUNHA, 2000, p. 168).

Cunha (2000) revela ainda que como Rosa era solteira, foi impedida de casar, pois por ser pobre, não tinha condições de pagar o dote exigido na época. Ela tornou-se noviça e tentou juntar o dinheiro trabalhando como zeladora no convento, entretanto, não houve tempo para ela realizar o seu sonho de casar-se, pois, adoeceu e faleceu no dia 4 de abril de 1933.

Impedida de amar, abraçou a vida religiosa. Como era pobre e não podia pagar o dote, em dinheiro, teve que fazê-lo trabalhando, ensinando e lavando os salões e as escadarias do convento, até que surgiu o impasse: a noviça Rosa David adoeceu, enfraqueceu. A Ordem mandou-a para casa, onde devia se tratar. Naquela época, doente desse mal estava irremediavelmente perdido. Foi o que aconteceu. No dia 4 de abril de 1933, a minha tia Rosa partiu desta para uma melhor. O poeta cajazeirense Cristiano Cartaxo Rolim, entregou ao escritor Deusdedit Leitão, esta quadra: Algumas perguntas ouvi, Numa roda curiosa, A Senhorita David, É professora ou rosa? (CUNHA, 2000, p. 168).

Em um de seus artigos na Flor de Liz, Rosa David aborda o tema: ‘A escola e a moda’, onde relata a importância de que a moda deve ser ensinada na escola às crianças a se vestirem de acordo com as normas da época. De acordo com a escritora, o vestuário contribui com a formação moral da criança, pois a moda influencia na sedução feminina mesmo nas meninas de mais tenra idade. “Na verdade é de grandiosa importância este problema, pois causa admiração ver como a moda exerce sobre a mulher uma sedução tal a que não escapam nem as crianças da primeira idade” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 9, Agosto de 1927).

Rosa David afirma ainda que é de responsabilidade das mães orientar suas filhas, mas, por outro lado, outras desvirtuam o caráter da filha ensinando-as modas indecentes, e é neste sentido que entra a escola aconselhando a moda decente às crianças, pois a professora que cumpre o papel de segunda mãe é a responsável por orientar as alunas.

³Datas comemorativas.

É importante salientar o quanto Rosa David era destemida, pois participava de passeatas, mas também decidida, pois, desejava casar, com um homem de posição social superior, assim através desse espaço do casamento poderia alcançar outros lugares na sociedade. Rosa não tinha dote e certamente queria um pretendente importante, pois se fosse casar com um homem de seu nível social o dote poderia ser dispensado. Para conseguir tal intento ela vira noviça, ou seja, foi buscar no campo da igreja o apoio que precisava e não na profissão de professora. Assim, para a escritora, a moça que arrumasse um bom casamento seria aquela que adotasse a moda decente, ou seja, aprovada pela sociedade e, principalmente, pela Igreja Católica, local onde encontrou a devida ajuda para realizar o sonho do matrimônio.

Rosa não chega a se casar porque morre no convento acometida de uma doença, mas deixa claro em suas escolhas que a mulher ao escolher o casamento naquela época também apresentava interesses, principalmente quando o matrimônio era vantajoso.

Aline Cartaxo Rolim nasceu em Cajazeiras no dia 21 de Abril de 1902 e, no ano de 1922, foi diplomada na primeira turma de professores da Escola Normal de Cajazeiras. A escritora era filha do Coronel Sabino Gonçalves Rolim e sua esposa Leopoldina Cartaxo Rolim. Aline foi casada com o médico Francisco Andrade Carneiro, com quem teve duas filhas. Faleceu no dia dez de março de 1933, em São João do Cariri.

Em seu artigo “A pintura em nossos dias” Aline Rolim faz um comentário acerca da maquiagem na década de 1920. A escritora critica as mulheres que se maquiavam exageradamente, e que muitas não se contentam em serem bonitas ‘naturalmente’ e teimam em pintar o rosto para parecerem mais belas, a fim de acompanharem a moda. Para a autora as mulheres que se maquiavam com exageros são consideradas fúteis ou ridículas e desejam ser mais vistas pelas pessoas. “Não cream as pacientes leitoras que se encontra nessas tintas o caminho mais fácil da popularidade a não ser que se trate dessa popularidade que as extremamente levianas também conseguem” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927).

Dessa forma, pode-se perceber que algumas mulheres se utilizaram da maquiagem para serem mais observadas pelo meio social, principalmente com o objetivo de atrair os olhares masculinos, o que não poderia acontecer às moças decentes, pois maquiagens fortes eram sinônimos de mulheres fúteis ou prostitutas. A mulher de família não poderia se mostrar tão sobressaída do que deveria, e sim mostrar uma pintura mais natural.

Por outro lado, Aline até recomenda o uso da maquiagem discreta e afirma que faz parte da moda feminina, pois segundo a jornalista a mulher tem o direito de ser vaidosa, mas com moderação. A jornalista comenta também as novidades acerca da moda feminina. “Disfarçar os defeitos da pelle, a palidez do rosto, blindar-se um pouco contra a violência das emoções afloradas á physionomia, eis ahi os proveitos da pintura” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 5, Abril de 1927).

É importante salientar o cuidado utilizado por essas mulheres ao exporem as suas opiniões, pois a maquiagem poderia ser considerada um assunto restrito ao mundo feminino e, portanto, sem interesse para o grande público, mas nesse período em questão, a maquiagem também era um indicador das relações de gênero que estavam sendo produzidas naquele momento. Violeta, pseudônimo de uma escritora da revista Era Nova, aponta a “irreligião das classes cultas” como um dos fatores que contribuem para a influência da moda sobre as mulheres; a Igreja Católica também compartilhava dessa opinião e não deixava de declarar a sua posição com esse mesmo sentido. Para Cipriano (2002), o que estava em jogo na Paraíba era o questionamento das próprias relações de gênero. A mulher através da moda apropriava-se, cada vez mais, da imagem masculina, enquanto o homem ao se apropriar da moda corria o risco de feminizar a sua imagem. O risco era que esses questionamentos ultrapassassem o espaço da moda para os próprios conceitos criados para o feminino e o masculino.

É o que reforça **Fortunata Assis**, em seu artigo “O Santo das feias e bonitas”. A jornalista era professora diplomada em 1926, filha de Sabino Matias de Assis e Maria Izabel, conhecida por Nenen Assis, foi casada com o comerciante e ex-prefeito de Cajazeiras, Antonio Cartaxo Rolim, filho de Sabino Gonçalves Rolim e Maria Leopoldina Cartaxo Rolim.

Em seu artigo “O Santo das feias e bonitas”, Fortunata Assis relata diversas histórias que envolvem São Vicente e afirma que as mulheres feias devem valer-se do santo para conquistar um noivo ou “segurar” um casamento. Assim, a escritora valoriza a beleza, só que com restrições, pois a Igreja criticava as mulheres que abusavam da maquiagem, usavam roupas inadequadas, ou seja, com decotes ou acima dos joelhos, usados somente por mulheres consideradas “fúteis”.

Compassivo com as feias, São Vicente Ferrer, criticava sempre com chiste as vaidosas. [...] As feias tomariam mais interesse pelas orações de S. Vicente, do que pela perfumaria moderna, que tanto prejudica a bolça, como estraga a cútis e também a alma” [...] As vaidosas, dariam

maior apreço à santa simplicidade que é o melhor adorno das bonitas e das...feias[...] (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 3, Janeiro de 1927).

Desta forma, a fim de evitar que as mulheres que não foram agraciadas pela beleza passem a se arrumar exageradamente, a escritora aconselha que a melhor forma de se tornarem mais atraentes é recorrer à simplicidade, além de orar ao santo, para que possam arrumar um bom partido.

Júlia Tavares de Melo - professora diplomada em 1927, filha do Agente Fiscal Celestino Augusto Tavares dos Santos e Regina Tavares de Melo. “Tornou-se religiosa da Congregação de Santa Dorotéia, presentemente com residência em Recife. Dona de extraordinário saber com serviços prestados à cultura e a Deus.” (CUNHA, 2000, p.170).

No seu artigo “Um ano de experiência” Júlia Tavares descreve que Cajazeiras tem uma grande fama de ser o berço das letras no Alto Sertão, pela fama de ser uma cidade que valoriza a educação, entretanto, a escritora afirma que muitos cajazeirenses da época ignoram a importância de estudar para irem em busca de outros objetivos.

Por outro lado, Julia Tavares menciona que a Flor de Liz é uma revista sem pretensão de causar polêmica na cidade, mas que tem atraído a atenção de vários leitores. É importante considerar que apesar de ser uma revista criada e escrita por mulheres e para mulheres da Alta Sociedade Cajazeirense, o público masculino também apreciava o periódico, apesar do seu conteúdo repleto de ideias e opiniões femininas. Assim, a fala da escritora sugere que a revista não objetiva causar alvoroço entre os maridos ou noivos das mulheres, ou mesmo entre a imprensa masculina, mas de chamar a atenção a fim de que a revista pudesse ser cada vez mais apreciada por toda a sociedade cajazeirense. “A Flor de Liz faz com o de hoje o seu 12º número de publicação. E uma revista despreziosa, mas que tem atraído para a nossa Cajazeiras as sympathias de quem a conhece” (FLOR DE LIZ, Ano 1, Nº 9, Agosto de 1927).

Julia diz ainda em seu artigo que a redação da revista está sob a direção de mulheres esperançosas e muito satisfeitas de verem a realização de um sonho de publicação de uma revista feminina. A escritora revela ainda que na cidade de Cajazeiras há grandes escritores que abrilhantam as colunas da revista e traz valiosos ensinamentos que enriquecem o periódico cada vez mais.

As histórias das mulheres da Flor de Liz apresentadas juntamente com os seus artigos nos parágrafos anteriores confirma que elas escreviam os principais

acontecimentos do seu cotidiano, ou seja, elas registraram os seus principais interesses e desejos que as inquietavam, muitos deles relacionados à religiosidade, opinião feminina, profissão, moda ou cotidiano doméstico. Desta forma, através do diálogo com o leitor, as escritoras revelaram seus objetivos que foram expostos para uma sociedade em transição de ideias nas quais os valores masculinos e femininos estavam sendo postos em questão, evidenciando que a Flor de Liz representava o seu contexto social, bem como, as angústias e conquistas de seu tempo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa sobre a Igreja Católica e a Revista “Flor de Liz” na produção de lugares para as mulheres em Cajazeiras nas décadas de 1920-1930, através dos artigos das escritoras do periódico, percebemos a busca de espaço da mulher cajazeirense através de um dos meios de comunicação mais importantes: a imprensa.

Durante a construção deste trabalho de pesquisa, observamos que as mulheres escritoras da Revista Feminina “Flor de Liz” foram responsáveis por inaugurar a imprensa feminina na cidade de Cajazeiras. Ressaltamos também que todas as escritoras foram alunas da Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes e desta forma a instituição influenciou as mulheres na ideia de elaboração do periódico.

A análise nos mostrou que através da revista as mulheres escritoras contribuíram na divulgação do catolicismo, como a própria instituição também colaborou com a propagação das ideias femininas por meio de artigos no periódico.

Algumas das dificuldades percebidas durante a pesquisa é que não há como saber se a revista “Flor de Liz” foi influente entre a sociedade da época, devido à falta de fontes documentais e orais que comprovem este fato. É importante considerar também que não foi possível obter a biografia ou informações de todas as escritoras do periódico.

Outro aspecto constatado neste estudo foi o principal objetivo da “Flor de Liz”: aconselhar as mulheres para que não integrassem os movimentos feministas e modernistas que estavam chamando a atenção delas no período republicano. Outra finalidade da revista era fazer com que as mulheres de elite cumprissem com suas obrigações católicas, a exemplo de participar das reuniões da Associação Catholica Feminina, além de exercer os papéis de mãe e esposa de acordo com os preceitos católicos. Entretanto, a Flor de Liz abordava questões polêmicas como a igualdade no trabalho entre homens e mulheres, moda e comportamentos. Muitas vezes, não ficava clara qual a posição do grupo, o que nos ajuda a perceber que não tinha uma opinião homogênea enriquecendo as discussões sobre os lugares femininos e masculinos.

Optamos assim, por uma reflexão que enfatizasse as práticas sociais cotidianas femininas no que se refere à religiosidade, espaço doméstico, feminismo, profissão e espaço social destinado às mulheres, e principalmente a imprensa feminina que estava surgindo na época republicana.

Através de algumas informações das mulheres citadas nesta pesquisa podemos averiguar o seu estilo de vida, costumes e cotidiano que de certa forma influenciou nas ideias que foram publicadas no periódico, através dos seus artigos. Assim, ao citarmos a história de vida dessas mulheres permitimos que elas sejam reconhecidas como sujeitos ativos que construíram uma história de participação no meio social através da imprensa cajazeirense. É evidente que as pessoas que apreciavam a revista nem sempre concordavam com todos os artigos publicados, pois alguns geraram polêmica, a exemplo do artigo intitulado “Professoras feias”, escrito pela jornalista Fortunata Assis.

Finalmente, com este estudo buscou-se contribuir para a divulgação da história da imprensa feminina cajazeirense, visto que durante a fase de pesquisa bibliográfica foi possível detectar a inexistência de obras relacionadas à temática, ou seja, sobre a construção de lugares para as mulheres através da revista “Flor de Liz”.

Tais problemáticas trabalhadas neste trabalho monográfico foram analisadas e expostas com o objetivo de divulgar o periódico cajazeirense e a participação feminina na imprensa das décadas de 1920 e 1930 na cidade de Cajazeiras. O recorte e a abordagem realizada nesta pesquisa seguem assim as escolhas da historiadora, mas muitos outros caminhos poderiam ter sido tomados, e, nesse sentido, outras pesquisas poderão explorar essas lacunas deixadas, mas esperamos ter cumprido apenas uma parte do muito que ainda há de ser descoberto por outros que desejarem investir na fonte documental desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Outras Histórias: Cultura e poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, p. 39-65, 2010.

ARANHA, Gervácio Batista, **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural– vários autores**. – João Pessoa: Ideia, 2003.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org). **Miscelâneas, rodapés e variedades: antologia de folhetins paraibanos do Século XIX**. João Pessoa: Idéia, 2007.

BERNARDO, Ana Maria Coutinho. Gênero, **História e Educação na Paraíba: Memórias de professoras e escritoras do início do século XX**. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0516.pdf>; Visitado em: 10 de dezembro de 2012.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade. Reestruturação da ideologia de Gênero no Brasil,1914-1940**. São Paulo: EDUSP, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CIPRIANO, Maria do Socorro. **A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do Século XX**. 2002. Dissertação [Mestrado de História]. Universidade Federal de Campinas, 2002.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**. Recife, 2004.

COSTA, Antonio de Assis. **A(s) Cajazeiras que eu vi e onde vivi (memórias)**. Gráfica Progresso, João Pessoa, 1986.

COSTA, Simone da Silva. **“Mulheres em defesa da honra: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba nos anos de 1930 a 1945”**. 2007. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal da Paraíba, 2007.

CUNHA, João Rolim da. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes: Cajazeiras**. João Pessoa: Editora. A União. 2000.

FRAGOSO, Verônica de Souza. NUNES, Maria Lúcia da Silva. **O Feminismo sob o olhar da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino; II Seminário Nacional: Gênero e Práticas Culturais. Culturas, leituras e representações**. 2009. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/gt1/17.pdf>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Congrega%C3%A7%C3%A3o_das_Irm%C3%A3s_de_Santa_Doroteia

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do Tempo (memórias)**. João Pessoa: Empório do Tempo, 2000.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em Confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. 1999. Mestrado em história. Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

MEDEIROS, Raquel. **Era Nova – a moderna revista dos anos 20**. 28 de Agosto de 2011. Disponível em:
<<http://www.nasentrelinhas.com.br/noticias/costurando-ideias/052/era-nova-a-revista-dos-modernos-anos-20-da-parahyba-do-norte/>>. Visitado em 20 de julho de 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História [online]*, v. 24, n. 1, 2005.

RAGO, Margareth. **Modernizar para conservar: Relações de gênero em São Paulo nas décadas iniciais de vinte**. Resenha. 1998. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51283&opt>>. Visitado em 15 de outubro de 2012.

Revista Flor de Liz, Ano , Nº 5, Abril de 1927. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Revista Flor de Liz, Ano 4, Nº 4 e 5, Abril e Maio de 1930. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Revista Flor de Liz, Ano 1, Nº 9, Agosto de 1927. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Revista Flor de Liz, Ano1, Nº 1, Dezembro de 1926. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Revista Flor de Liz, Ano 1, Nº 3, Fevereiro de 1927. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Revista Flor de Liz, Ano1, Nº 2, Janeiro de 1927. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Revista Flor de Liz, Ano 5, Nº 2, Janeiro de 1931. Editoras Graphics Rio do Peixe

Revista Flor de Liz, Ano 1, Nº 8, Julho de 1927. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Revista Flor de Liz, Ano 4, Nº 7, Julho de 1930. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Revista Flor de Liz, Ano 1, Nº 12, Novembro de 1927. Editoras Graphics Rio do Peixe.

ROLIM, Eliana de Sousa. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB: memórias, políticas públicas e educação patrimonial**. Mestrado em Ensino de História e Saberes Históricos [Dissertação]. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

SALES, Ana Maria Coutinho. **Tecendo fios de liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX**. Tese [Doutorado] – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras. Recife, 2005.

SANTANA, Rosemere Olímpio de. **Raptos consentidos: afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910)**. João Pessoa, 2008.

SANTOS, Adalberto. **Edição Histórica alusiva aos 80 anos da Revista Flor de Liz**. Cajazeiras/PB, p. 04-05, 2006.

SCOTT, Joan. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SILVA, Favianni da. **A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras – 1891/1945**. 2007. Mestrado [Dissertação]. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno**. Doutorado em História [Tese]. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo. “**Mulher e educação Católica no Brasil (1889-1930): Do lar para a escola ou a escola do lar?**”. **Revista Histedbr On-Line**, n. 15, set, 2004.

SOUZA, Lincon César Medeiros. **Cinematographo: A imagem da modernidade e das práticas socioculturais na cidade de Campina Grande –1900-1940**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009.

VOJNIAK, Fernando Vojniak. **Desconstruindo falas do falo**. Estudos Feministas. 2003. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38111226>>. Visitado em 15 de fevereiro de 2013.

ANEXOS



Fundadoras: Fortunata Assis, Cecília Pegado, Maria Tavares, Tarquínia Albuquerque, Júlia Tavares, Sinhazinha Ramalho, Adalgisa Reis. Sentadas: Santa Ribeiro, Aline Rolim, Izabel Cartaxo, Oscarina Coelho, Odília Leal, Rosa Tavares, Cynthia Matos e Rosa David. Edição Histórica alusiva aos 80 anos da Revista Flor de Liz. 2006.